

NOTAS E DOCUMENTOS

— DOSSIER COOPERATIVISMO —

Comunicações apresentadas nas 1.^{as} Jornadas Cooperativas organizadas pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 11 e 12 de Março de 1983.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS *

O MOVIMENTO COOPERATIVO EM PORTUGAL

PALAVRAS DE ABERTURA

Não é por coincidência que a Faculdade de Economia de Coimbra inicia com as 1.^{as} Jornadas Cooperativas a série de actividades de extensão programadas no âmbito das Comemorações dos dez anos da sua criação. De facto, ao longo destes dez anos, o apoio ao sector cooperativo tem sido sempre considerado uma das áreas privilegiadas de intervenção social desta Faculdade, o que certamente não surpreende se pensarmos que a Faculdade iniciou as suas actividades no ano lectivo de 1973-74 e que, poucos meses depois, foi o 25 de Abril e com ele, a explosão do movimento cooperativo que todos conhecemos.

A cooperação surgiu então e mais do que nunca como uma alternativa social e económica capaz de promover uma gestão mais equilibrada dos recursos naturais, uma organização mais livre e participada do trabalho produtivo, uma lógica da produção orientada para a satisfação das necessidades da esmagadora maioria da população e, enfim, uma organização da distribuição dos produtos económicos mais centrada nos interesses dos consumidores.

Mas as dificuldades eram muitas. A falta de experiência da maior parte e a falta de conhecimentos organizativos de quase todos ampliavam o risco de desvirtuamento e de aproveitamento indevido do esforço cooperativo. A Faculdade partilhou dessas dificuldades e por isso tudo o que fez, sobretudo no domínio da cooperação agrícola no centro do país, foi o resultado de um esforço conjunto e de uma aprendizagem mútua.

* Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

A medida que o tempo passou, o nosso apoio técnico ao sector cooperativo diversificou-se e aprofundou-se. A experiência indicou-nos duas áreas de apoio prioritário: a gestão económica e financeira, e a definição do estatuto jurídico das cooperativas. São estas as áreas em que temos vindo a actuar. A fim de coordenar melhor os esforços e as acções, foi criado na Faculdade, em 1980, o *Centro de Estudos Cooperativos* e desde então entrámos, através dele, no movimento cooperativo internacional.

Ao fim destes dez anos, a Faculdade julga necessário fazer o ponto da situação e propõe-se fazê-lo da única maneira adequada, ou seja, partilhando a sua reflexão com os demais activistas do movimento cooperativo.

A definição do estatuto jurídico das cooperativas tem levantado em tempos recentes uma série complexa de questões que se prendem, em geral, com a adequação das práticas cooperativas às normas constitucionais e, por último, ao código cooperativo. São conhecidas as carências de recursos jurídicos no sector cooperativo, em parte devidas ao facto de, apesar da importância constitucional do sector, as Faculdades de Direito não promoverem, mesmo a título optativo, o ensino do direito cooperativo. O Centro de Estudos Cooperativos tem sido insistentemente solicitado para dar apoio nesta área e por ela começaremos a nossa reflexão.

O movimento cooperativo é hoje muito diversificado e por isso as condições sociais, económicas e políticas dominantes no nosso país afectam-no desigualmente. É necessário, pois, captar o perfil, a dinâmica e a estrutura interna do sector cooperativo a fim de definir melhor as suas linhas de força e de fraqueza. Nestas Jornadas daremos particular atenção às cooperativas de consumo e às cooperativas de produção agrícola.

Por último, propomo-nos discutir os princípios cooperativos. Pode parecer estranho que, confrontados com problemas concretos tão envolventes e urgentes, nos preocupemos com uma discussão de princípios. Em verdade, uma tal discussão impõe-se pela própria natureza do movimento cooperativo. Se é certo que este movimento surgiu basicamente para resolver problemas concretos, reais e imediatos das classes trabalhadoras, não é menos certo que pretendeu fazê-lo por uma questão de princípios. Há no movimento cooperativo uma mistura de pragmatismo e de idealismo que é simultaneamente o segredo da sua vitalidade histórica e uma das causas de algumas das suas dificuldades e ambiguidades.

É importante que os princípios se não transformem em rituais de fidelidade estéril. É igualmente importante que eles

se saibam adaptar às transformações, cada vez mais rápidas das sociedades contemporâneas. Mas é sobretudo importante que não sejam esquecidos a pretexto de exigências conjunturais. Só assim se manterá a autenticidade de um movimento que surgiu e se desenvolveu pela sua capacidade para impor o princípio da solidariedade contra o individualismo, o princípio da democracia contra o do autoritarismo, o princípio do serviço contra o do lucro. É este um património moral e social que não podemos desbaratar.

1.^a SESSÃO: REGIME JURÍDICO DAS COOPERATIVAS

MARIA MANUEL LEITÃO MARQUES *

AS COOPERATIVAS NA CONSTITUIÇÃO
DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Localizar e compreender o sector cooperativo no texto da Constituição da República (após a revisão de 1982) exige, previamente à análise dos preceitos que lhe são directamente dirigidos, algumas referências às alterações introduzidas em disposições genéricas que são condicionantes e/ou determinantes para entender a situação (em termos estatutários e programáticos) do sector cooperativo, no contexto actual da ordem jurídica constitucional das relações de produção, distribuição e consumo.

1. Tal como no texto de 1976 podemos continuar a afirmar que o desenvolvimento do sector cooperativo se enquadra num projecto de *transição para o Socialismo* (art.º 2 da Constituição da República Portuguesa — CRP).

A alteração diz, fundamentalmente, respeito à forma de realização deste projecto. Antes ele aparecia dependente da criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras. Agora apela-se ao aprofundamento da democracia participativa, à realização da democracia económica, social e cultural, de uma forma onde ressalta mais o compromisso do que a concretização de um projecto.

Apesar disso, no entanto, a nova redacção, por si só, não alteraria a posição relativa do sector cooperativo como espaço especialmente vocacionado para a realização de uma democracia participativa (saindo um pouco do seu entendimento «en-cíclico»).

* Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Veremos, no entanto, como, de outras alterações introduzidas, resultará a perda para o sector cooperativo (e também para o autogestionário) do seu papel de elemento articulador entre o sector público estadual e o sector privado e simultaneamente de forma atractiva, em termos programáticos, para ambos: meta para o conjunto das formas de produção e de consumo.

Assim, e ainda no domínio das disposições genéricas, anote-se a redução das referências à «socialização» pelo novo texto: por exemplo, desaparece como objectivo para a estruturação ao sistema financeiro e para a tributação do consumo (que no texto de 1976 deveriam orientar-se para a progressiva e efectiva socialização da economia); uma das tarefas do Estado (art.º 9 da CRP) deixa de ser a socialização dos meios de produção para passar a ser apenas a socialização dos principais meios de produção. O que não deixará de ser significativo, tendo em conta as diferenças apontadas entre nacionalização e socialização: a primeira dá origem à titularidade e gestão pública (nomeadamente sob a forma de empresas públicas), a segunda refere-se a formas de gestão sociais: cooperativas e empresas autogestionárias.

Não tendo sido completamente eliminadas as referências à socialização (mantidas no domínio da medicina por exemplo), delas foi afastada qualquer ideia de processo global, confirmando-se assim o que se vinha dizendo sobre a posição do sector cooperativo no novo texto.

Ao que ainda se podia acrescentar o desaparecimento da expressão «*poder democrático dos trabalhadores*» (substituída por «*intervenção democrática dos trabalhadores*») como forma de realização das relações de produção socialistas, e a supressão da referência a «bens colectivizados» na definição do sector público que assim ficou descrito em termos tradicionais, apontando para a mera propriedade do Estado.

2. *Direitos e Deveres Económicos.* A Constituição continua a reconhecer o direito à iniciativa cooperativa (art.º 61 n.ºs 2 e 3) como direito económico fundamental, regra jurídica directamente aplicável e vinculativa de todos os órgãos do Estado, que se desdobra em dois aspectos:

a) O direito por *iniciativa dos cooperadores* à criação e actuação das cooperativas segundo os princípios cooperativos, que implica, consequentemente, a inadmissibilidade de qualquer restrição à constituição de cooperativas designadamente sob a forma de autorização.

b) Em 2.º lugar, o direito à *iniciativa própria das cooperativas* «que é consagrada como livre exercício das suas actividades e como direito ao livre agrupamento em uniões, federações e confederações de acordo com a estrutura cooperativa» (Franco, 1982: 647).

A consagração, no mesmo artigo, da iniciativa privada, cooperativa e autogestionária (praticamente todas as formas não estaduais de iniciativa económica), ao contrário do que acontecia no texto de 1976 em que a iniciativa cooperativa e autogestionária eram tratadas autonomamente, não deixa também de reflectir a desvalorização do novo texto constitucional relativamente a estas duas formas.

3. O dever de apoio por parte do Estado à criação e actividade das cooperativas é mantido na Constituição remetendo-se para a lei a definição dos benefícios fiscais e financeiros e as condições mais favoráveis de obtenção de crédito (art.º 84 da CRP).

A sua não definição, impedindo a concretização deste dever, é geradora de inconstitucionalidade por omissão, a apreciar pelo Tribunal Constitucional, a requerimento do Presidente da República ou do Provedor da Justiça.

4. O *sector cooperativo* continua a ser definido no art.º 89 n.º 4 da CRP como sendo formado pelos bens e unidades de produção possuídos e geridos pelos cooperadores em obediência aos princípios cooperativos.

O que, pressupondo a titularidade sobre a empresa cooperativa, não exclui que a propriedade sobre os bens que servem de base à sua actividade seja pública ou privada. Apenas uma alteração: a troca de lugar entre o sector cooperativo e o privado. No texto de 1976 o sector cooperativo era colocado imediatamente a seguir ao sector público. Agora aparece em último lugar. Utilização de critério quantitativo que reflecte, também, a perda de importância programática do sector cooperativo.

5. Finalmente, uma referência à *propriedade social*. A propriedade social é uma consequência da socialização dos meios de produção e implica a posse e a gestão pelos trabalhadores dos bens e unidade de produção. Trata-se assim de uma forma de propriedade que englobará, de acordo com a CRP, todas as formas definidas através da posse útil e gestão dos colectivos de trabalhadores, posse útil e gestão das comu-

nidades locais e posse útil e gestão dos cooperantes. Isto é, as formas autogestionárias, comunitárias e cooperativas.

No texto de 1976 apontava-se, como meta programática, que esta tenderia a ser predominante e que as unidades de produção geridas pelo Estado deveriam evoluir, na medida do possível, no sentido da socialização. Ora, a revisão constitucional não só retirou à propriedade social (e implicitamente ao sector cooperativo) este seu carácter de tendencial predominância, que deveria funcionar como directiva de todas as medidas de política económica com ela de alguma forma relacionadas, como também a substituiu como meta para a organização das unidades de produção pertencentes ao Estado e outras pessoas colectivas públicas apelando agora, genericamente, para formas que assegurem uma participação crescente dos trabalhadores, o que podendo englobar formas de socialização parece apontar mais directamente para formas de participação na gestão: cogestão, etc.

6. Por último, e antes de uma apreciação conclusiva sobre a regulamentação constitucional, anote-se que o texto Constitucional manteve, no domínio da política agrícola e Reforma Agrária, outras referências às cooperativas: de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores para exploração das terras expropriadas (art.º 97) ou para redimensionamento da pequena propriedade (art.º 98); cooperativas de compra, venda, transformação e serviços no apoio à realização da Reforma Agrária (com direito de participação na definição e execução dos objectivos desta) (art.º 104), repetindo-se o dever de apoio do Estado a estas formas específicas.

Finalmente, também no domínio da protecção do consumidor (art.º 110 da CRP), as cooperativas têm direito a ser ouvidas em tudo o que diga respeito à defesa do consumidor.

7. Que conclusões a tirar em termos do novo panorama constitucional?

1) Em termos estatutários garante-se uma situação de liberdade de criação e actuação das cooperativas, assim como o direito genérico ao apoio do Estado. Diremos que neste aspecto a situação pouco ou nada se alterou.

2) Em termos programáticos ou directivos o mesmo não se pode afirmar. As alterações introduzidas alteram a posição do sector cooperativo no projecto constitucional. O seu desenho é agora o de mais um sector a acrescentar ao público (definido sobretudo pela propriedade estadual) e ao privado, perdendo o seu papel alternativo em relação a ambos. Parece que deste

modo é diferente a concepção político-económica triunfante na revisão constitucional, o que não deixará de ser conformador da medida e amplitude do apoio a conceder pelo Estado ao projecto cooperativo. Estando vinculado a esse apoio em termos directos (apoio às cooperativas existentes e às cooperativas a criar por iniciativa de outrém), o Estado não está no entanto vinculado a tomar medidas no sentido da criação de condições para o desenvolvimento do projecto cooperativo que deixa de ser uma condicionante do sentido da política económica global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Canotilho, J. C. e Moreira, V. (1980), *A Constituição da República Portuguesa*, Coimbra Editora.
Franco, A. S. (1982), A Revisão da Constituição Económica, *Revista da Ordem dos Advogados*.
Namorado, R. (1979), *Cooperativismo e Direito*, Coimbra, (Cop.).

RUI NAMORADO *

COMENTANDO O CÓDIGO COOPERATIVO

1. O Código Cooperativo é bem um símbolo do modo como o poder político tem encarado entre nós o sector cooperativo, mesmo depois do 25 de Abril. Um modo caracterizado pela combinação entre as grandes palavras de apoio e uma actuação prática imprudente, mais próxima de produzir estragos do que de outorgar benefícios.

Publicado no DR de 9/10/80, Decreto-Lei n.º 454/80, o Código Cooperativo foi alterado, depois, pelo Decreto-Lei n.º 238/81, de 10/8/81 e, recentemente, pela Lei n.º 1/83, de 10/1/83. Alterações que reflectem mais o carácter imperfeito da primeira versão, do que a disponibilidade do poder para corrigir com rapidez os seus erros. Aliás, nem sequer foram tiradas ao Código algumas das suas arestas mais contundentes.

2. Aparentemente, o Código Cooperativo veio responder a uma reivindicação antiga do movimento cooperativo português. Contudo, ele surgiu sem o suporte de qualquer tradição jurídica cooperativa, tendo interrompido abruptamente trabalhos preparatórios em curso. O governo quis fazer uma operação publicitária, não se inibindo de excluir do projecto em curso a legislação específica dos diversos ramos, que inicialmente estava para fazer parte do Código.

Mas o carácter prematuro deste diploma transcende mesmo este último circunstancialismo. É que, de qualquer modo, corresponderia mais à conjuntura cooperativa portuguesa, ao grau de maturidade do movimento, uma lei geral das cooperativas, do que um Código. Uma lei que englobasse não só as

* Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

normas gerais do sector no seu conjunto, mas também as bases gerais dos regimes especiais de cada ramo, e que à partida se mostrasse etapa intermédia e não ponto de chegada. Etapa intermédia a partir da qual, por um esforço de crítica e contraprova, com interferência decisiva do movimento cooperativo, fosse possível lançar um processo consistente de construção do Código Cooperativo. Processo que, pelo simples facto de o ser, transmitiria um sentido, e uma estratégia, ao vínculo permanente, sempre necessário, entre a produção legislativa cooperativa e o respectivo movimento.

Podemos dizer que a Lei n.º 1/83 é ainda uma má lei geral das cooperativas e está muito longe de poder ser com propriedade denominada Código Cooperativo. Falta-lhe rigor terminológico, segurança sistemática, e uma ajustada adequação à prática cooperativa que lhe permitisse envolvê-la, dinamizá-la, sem a constranger. Falta-lhe um amadurecimento das consequências jurídicas da especificidade cooperativa, susceptível de gerar preceitos próprios e de libertar cada vez mais esta área jurídica da interferência de ramos clássicos, como é o caso do direito comercial.

Discutir a Lei n.º 1/83 implica pois ter em atenção estas considerações prévias, para que se saiba que além das urgências de uma auto-defesa contra alguns preceitos demasiado gravosos, há que empreender um combate prolongado pela construção do Código Cooperativo.

3. Nas suas doze partes, o diploma em análise ocupa-se primeiro de algumas questões gerais dando-nos a noção de cooperativa, consagrando os princípios cooperativos da Aliança Cooperativa Internacional, indicando taxativamente os ramos em que se divide o sector, espécies de cooperativas, agrupamentos e participações, e ainda o direito subsidiário.

Depois, contém o processo de constituição das cooperativas, inclui os preceitos referentes ao capital, enumera os direitos e deveres dos cooperadores, indica quais são e como se articulam os órgãos sociais.

Reservas e distribuição de excedentes, fusão e cisão das cooperativas, dissolução e liquidação, uniões, federações e confederações, registo cooperativo, INSCOOP, e disposições finais e transitórias — são os capítulos restantes.

Não vou comentar os cento e um artigos, mas apenas tocar, em primeiro lugar, algumas das que julgo serem zonas fulcrais do Código, para posteriormente indicar, ainda que não exaustivamente, uma série de pontos de incidência prática que, por isso mesmo, interessa pôr em relevo.

4. Zonas fulcrais do Código

a) *Noção de cooperativa*

«As cooperativas são pessoas colectivas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que visam através da cooperação e entreaajuda dos seus membros e na observância dos princípios cooperativos, a satisfação, sem fins lucrativos, das necessidades económicas, sociais ou culturais destes, podendo ainda a título complementar, realizar operações com terceiros» — eis a noção de cooperativa dada pelo art.º 2.º

Não se pode considerar este texto uma síntese feliz e muito menos uma caracterização rigorosa. Mas antes de comentar a fórmula encontrada, há que recordar uma velha questão jurídica, rica de implicações práticas, que aqui entronca. É a questão de saber qual a natureza jurídica das cooperativas, ou se quisermos, saber como qualificar juridicamente as cooperativas, como receber na ordem jurídica a realidade cooperativa. Recebê-la, usando os velhos conceitos de associação ou de sociedade, gerados para qualificarem realidades diferentes? Tal caminho significaria, na prática, hesitar entre duas hipóteses: associação ou sociedade comercial?

Se na feliz fórmula de Fauquet ⁽¹⁾ a cooperação é indissociavelmente uma associação e uma empresa, uma fusão incindível destas duas componentes, qualificar a cooperativa como associação era amputá-la da sua componente empresarial.

Restaria assim interrogarmo-nos sobre se devia optar-se pela outra alternativa. No nosso país as cooperativas eram consideradas, desde o Código Comercial de 1888, sociedades comerciais. Menos por reflectida escolha cientificamente firmada, do que como expediente circunstancial historicamente perceptível ⁽²⁾. Mais tarde, já perto do 25 de Abril, o fascismo cindiu as cooperativas em associações e sociedades, para mais facilmente fazer cair uma parte delas na malha asfixiante da legislação administrativa de restrição à vida das primeiras.

O 25 de Abril fez cair as máscaras, mas não trouxe de imediato uma clarificação jurídica do problema, o qual acabou

⁽¹⁾ Georges Fauquet (1966: 39), *Le Secteur Coopératif*, Paris, Éditions de l'Institut des Études Coopératives.

⁽²⁾ Recorde-se, em duas palavras, que em pleno capitalismo liberal as cooperativas enquanto tais eram claramente mal toleradas. Caminho mais fácil, por vezes o único possível da sua conquista de dignidade jurídica, da sua legalidade, foi considerá-las sociedades comerciais, disfarçá-las de sociedades comerciais.

por ficar latente e sem resolução, enquanto as experiências cooperativas se multiplicavam. A Constituição de 1976 ao distinguir três sectores de propriedade dos meios de produção, público, cooperativo e privado, atribuiu na ordem jurídica portuguesa um lugar de relevo à realidade cooperativa. Não resolveu o problema em análise, mas tornou menos concebível que toda a riqueza da especificidade cooperativa ficasse atrofiada dentro do molde das sociedades comerciais.

À luz da noção de Fauquet, aliás largamente dominante na doutrina, conjugada com o texto constitucional, o que se oferecia como caminho mais natural, menos limitador, mais óbvio, era o de considerar que as cooperativas não são nem associações, nem sociedades comerciais, são apenas cooperativas ⁽³⁾.

Desta maneira, dá-se expressão global à dualidade associação - empresa no plano da própria qualificação jurídica. Cria-se uma nova figura jurídica que incorpora naturalmente, em si mesma, os princípios cooperativos e que concretiza e traduz, neste nível, a autonomia constitucional do sector cooperativo. Adquire-se um ponto de partida sólido para o desenvolvimento do direito cooperativo ⁽⁴⁾.

O art.º 2.º do Código Cooperativo consagra, como vimos, esta solução. Fá-lo com abundância de palavras e escassez de clareza. Pode dizer-se que o que ele tem de feliz é a afirmação de que as cooperativas são pessoas colectivas, o que obviamente exclui que se possam considerar associações ou sociedades comerciais. Integra depois, na noção que propõe, características, como livre constituição e a variabilidade do capital e dos membros, dotadas de escassa capacidade distintiva. Vai um pouco mais ao cerne das coisas, quando nos diz que as cooperativas visam a satisfação sem fins lucrativos das necessidades dos seus membros, através da cooperação e entreajuda, na observância dos princípios cooperativos.

Note-se que tudo o que gira à volta do conceito de cooperativa tem uma apreciável relevância prática. Ele deve por si distinguir as verdadeiras das falsas cooperativas, assim como

⁽³⁾ Assim, na ordem jurídica portuguesa passam a existir quatro tipos legais de pessoas colectivas: associações, fundações, sociedades e cooperativas.

⁽⁴⁾ O que não é obviamente o mesmo que afirmar que esta escolha conduz por si ao desenvolvimento do direito cooperativo. Desenvolvimento que implica árduos esforços e um justo equilíbrio entre uma autonomia que o justifica e um permanente contacto com os ramos tradicionais (ou novos) que lhe sejam afins.

assumir o papel de gerador de um sistema de normas específico, apto a corresponder à prática do movimento nos seus aspectos multifacetados e sempre enraizado na sua origem.

b) *Os ramos do sector cooperativo*

O art.º 4.º diz taxativamente quais são os ramos do sector cooperativo: consumo, comercialização, agrícola, habitação e construção, produção operária, artesanato, pescas, cultura, serviços e ensino.

É uma entre as várias classificações possíveis. Está longe de se ter alcançado um consenso doutrinal nesta matéria. E podemos dizer que a cruzam dois vectores: o rigor científico de cada hipotética escolha e a coincidência com o esquema adoptado pelas instituições mais poderosas, para viabilizar a compatibilidade dos dados estatísticos. A Aliança Cooperativa Internacional, por exemplo, divide as cooperativas em seis grandes grupos: consumo, agrícola, crédito, construção e habitação, produção operária e diversos. Esta última categoria é um saco onde cabe tudo e assinala bem o carácter inacabado da reflexão teórica neste campo.

Contudo, neste preceito interessa menos chamar à atenção para a discutibilidade do caminho escolhido, do que destacar a rigidez com que ele pretende envolver a prática coexistente. Rigidez concretizada na combinação do preceito anterior com a restrição da polivalência ao interior de cada ramo e com a limitação do conjugar de actividades de ramos diferentes à satisfação das necessidades dos membros, unidos em torno do objectivo principal.

Ou seja, sem um conceito autónomo e aberto de polivalência a arrumação das cooperativas em ramos é uma agressão extremamente gravosa à prática de muitas cooperativas existentes e um limite intolerável à própria criatividade na construção das novas ⁽⁵⁾.

c) *Associação das cooperativas com outras pessoas colectivas*

O art.º 7.º desdobra-se em tantos aspectos quantos os números que o compõem. No primeiro, permite que as cooperativas se associem «com outras pessoas colectivas de natureza

⁽⁵⁾ É legítimo que nos interroguemos sobre a constitucionalidade de uma tal solução, dado que ela limita claramente a liberdade de criação de cooperativas.

cooperativa ou não cooperativa». No segundo, admite-se que o regime de voto seja o da alínea f) do art.º 3.º ⁽⁶⁾ «nas cooperativas que resultam da associação exclusivamente entre cooperativas ou entre estas e pessoas colectivas de direito público». No terceiro, afasta-se a possibilidade de poderem adoptar a forma cooperativa, «as associações de cooperativas com as pessoas colectivas de fins lucrativos».

Ou se quisermos ser sintéticos, o art.º 7.º considera como cooperativas a associação entre duas delas e entre estas e pessoas colectivas de direito público. Não proíbe que as cooperativas se associem com pessoas de fins lucrativos, mas não considera essa junção como cooperativa.

Reconhecendo-se que este ponto pode ser economicamente nevrálgico, não podemos deixar de pesar as fracturas que pode provocar a introdução de intrusos, especialmente se eles movem com base no escopo lucrativo. Não serão alguns meios, aparentemente salvadores no curto prazo, verdadeiro veneno, a médio prazo, no seio do movimento cooperativo?

Uma curiosidade deste artigo 7.º: esta sua terceira versão é pior do que a segunda, que já era pior do que a primeira.

d) *Capital da Cooperativa*

O montante inicial mínimo do capital de uma cooperativa é de 50 mil escudos (art.º 20.º) não podendo a entrada mínima de cada sócio ser inferior a 1.500\$00 (art.º 21.º), devendo cada título ser realizado em dinheiro, em pelo menos 10% do seu valor, não podendo o pagamento do restante demorar mais do que 5 anos (art.º 23.º).

Este artigo era pior na primeira versão, mas mesmo assim representa uma clara agressão à prática cooperativa. É que, não se duvidando que em muitos casos tais normas são em si mesmas razoáveis, outros haverá em que o cumprimento deste preceito apenas afugentará os cooperadores, quando por si a cooperativa nem precisaria do aumento do capital.

Mais razoável seria que este artigo, mesmo mantendo-se como regra geral, viesse a admitir que, em certas circunstâncias excepcionais apreciadas pelo INSCOOP, fosse possível constituir (ou conservar) cooperativas com menos de 50 contos de

⁽⁶⁾ Diz a alínea f) do art.º 3.º: «A atribuição do direito de voto nas cooperativas de grau superior deve ser definida numa base democrática, sob a forma que, obtendo a aprovação maioritária dos membros, se mostre mais adequada».

capital e, principalmente, não fosse cada cooperador obrigado a subscrever os três títulos de capital.

e) *Órgãos*

Neste campo o Código Cooperativo segue o esquema clássico das sociedades e associações: assembleia geral, direcção e conselho fiscal. A tímida inovação que leva a admitir comissões especiais, mas para tarefas determinadas e com duração limitada, não basta para fugir às semelhanças.

Levante-se a dúvida sobre se, neste campo, não será urgente inovar de modo a que a prática cooperativa possa suscitar uma estrutura orgânica realmente específica.

f) *Reservas*

O Código Cooperativo consagra dois tipos de reservas obrigatórias: reserva legal (art.º 67.º) e reserva para a educação e formação cooperativa (art.º 68.º). Revertem para a primeira, em proporção fixada pelos estatutos ou pela assembleia geral, as jóias e os excedentes anuais líquidos; para a segunda revertem do mesmo modo, parte das jóias, dos excedentes anuais líquidos e os subsídios ou donativos especialmente destinados às finalidades da reserva.

A reversão para a reserva legal é obrigatória até que esta atinja montante igual ao do capital social, mas a reversão para a reserva para a educação e formação e formação cooperativa é sempre obrigatória (art.º 67.º).

A reserva legal destina-se «a cobrir eventuais perdas de exercício», a outra é «destinada a cobrir as despesas com a educação cooperativa, designadamente dos cooperadores, e com a formação cultural e técnica destes, à luz do cooperativismo e das necessidades da cooperativa» (art.º 68.º).

Por força da legislação complementar ou dos estatutos, podem constituir-se outras reservas (art.º 69.º). Contudo, um traço comum une todas elas: «são insusceptíveis de repartição entre os cooperadores» (art.º 70).

g) *Destino do património em liquidação*

O art.º 77.º enuncia a ordem de prioridades nos pagamentos, no caso de liquidação de uma cooperativa: 1) satisfazer as despesas inerentes ao processo de liquidação; 2) pagar os salários e as prestações devidas aos trabalhadores da cooperativa; 3) pagar os débitos da cooperativa, incluindo o resgate dos tí-

tulos de investimento e outras prestações eventuais feitas pelos membros da cooperativa; 4) resgatar os títulos de capital.

Depois, o preceito em causa distingue entre a hipótese de o processo de liquidação ser parte de um processo de surgimento de uma nova cooperativa ou de assim não acontecer. No primeiro caso, o montante da reserva legal não destinado a cobrir eventuais perdas de exercício, nem susceptível de aplicação diversa, pode transitar com idêntica finalidade para a nova cooperativa. Se à cooperativa em liquidação não suceder uma nova, a aplicação do montante acima referido é decidida pela união, federação ou confederação a que pertencer a unidade em liquidação, ou, se esta não estiver integrada em nenhuma cooperativa de grau superior, pelas entidades deste grau mais próximas, em termos de ramo do sector cooperativo.

As reservas voluntárias (art.º 69.º) é aplicável o mesmo regime.

Este ponto é nuclear por nos conduzir à dúvida sobre se devemos drasticamente colocar o destino do património, em caso de liquidação, longe do regresso à esfera jurídica dos cooperadores, procurando potenciar uma lógica anti-egoística no movimento cooperativo, ou se pelo contrário devemos fazer regressar a cada um o que canalizou para a cooperativa, se esta se extinguir. Talvez este artigo tenha tentado atingir um ponto intermédio, com algumas zonas de indecisão.

Mesmo estando todas as implicações deste problema insuficientemente esclarecidas, é possível alvitrar a ideia de que é provável ser necessário desdobrar a prática cooperativa num leque amplo e diversificado de situações típicas para as quais se terão de encontrar resposta diferenciada (7).

h) *Uniões, federações e confederações*

As cooperativas de grau superior ocupam os art.ºs 78.º a 83.º. Todas elas são dotadas de personalidade jurídica própria, como acontece com as de 1.º grau, e todas elas têm de ser constituídas através de escritura pública, o que não sucede com todas as cooperativas de 1.º grau.

As uniões são agrupamentos de nível regional, de pelo menos 3 cooperativas do mesmo ramo.

(7) Do que não restam dúvidas é que este preceito, se isso de outro não resultar, impede a transformação das cooperativas em sociedades comerciais. Pelo que estão a infringir grosseiramente a lei os notários que fazem escrituras dessas transformações, como já tem acontecido.

As federações são agrupamentos de âmbito nacional de cooperativas (ou de cooperativas e uniões) do mesmo ramo. A legislação complementar pode prever a possibilidade de, no seio de cada ramo, se delimitarem zonas específicas de actividade que suportem federações próprias. Mas as federações só podem considerar-se representativas do respectivo âmbito se provarem que têm como membros, mais de 50% das cooperativas do 1.º grau abrangidas por ele.

As confederações são agrupamentos de nível nacional que integrem pelo menos 50% das federações a cuja representação aspirem, podendo circunscrever-se a um ramo ou abranger os ramos correspondentes ao seu objecto social.

Este é um dos pontos onde o Código Cooperativo surge como mais gravoso para o movimento, apesar de ter sido de um modo geral, melhorado relativamente à sua versão inicial.

De facto, ele veda a possibilidade de uniões polivalentes, que englobassem cooperativas de ramos diversos, o que em certas localidades podia ser um óptimo antídoto para a debilidade das cooperativas e um alfobre inovador de experiências de cooperação.

Impede, ao contrário das versões anteriores, federações que resultem de uniões. Reduz o problema da representatividade a um absoluto numérico, em vez de articular esse critério com um juízo comparativo sobre as entidades eventualmente concorrentes, ou com a circunstância de só haver uma candidata, embora abaixo do patamar numérico estabelecido.

No plano confederal, consagra a unicidade cooperativa, já que (tal como nas versões anteriores acontecia, até com as federações) nem se pode constituir qualquer confederação se não englobar pelo menos 50% das federações.

No seu todo, o esquema imposto é rígido, não prevendo casos concretos de uniões que transcendam o âmbito regional e de federações que não atinja a dimensão nacional. Neste caso, ou havia de se conseguir um critério mais apto a adaptar-se a uma realidade mais complexa, um critério mais sofisticado, ou se combinaria o esquema simples (ou simplista?) adoptado, com um regime de transição, ou de excepção, que tivesse em conta as realidades pré-constituídas.

Tal como está, o Código não é um elemento dinamizador do movimento de federativização, de intercooperação formal, é um predador numa conjuntura em que a teia cooperativa é ainda incipiente.

5. Alguns pontos com relevância prática

Focadas algumas das questões mais controversas, ou apenas de maior importância estrutural no Código, tem interesse chamar a atenção para um punhado de aspectos com repercussões práticas na vida das cooperativas.

a) *Menções obrigatórias nos estatutos*

É o art.º 15.º que indica o que os estatutos devem conter obrigatoriamente. Destaquemos desde já: denominação; localização da sede; ramo do sector cooperativo; objecto e fins prosseguidos; duração; montante do capital; forma de realização; montante da jóia (se a houver); montante das entradas individuais mínimas e sua forma de pagamento; condições de admissão, suspensão, exclusão e demissão dos cooperadores; seus direitos e deveres; duração do mandato dos órgãos sociais; normas gerais de funcionamento; garantias e cauções a prestar pelos responsáveis pela custódia dos valores e bem sociais (se os estatutos o entenderem); normas de convocação e funcionamento das Assembleias Gerais; normas de distribuição dos excedentes; normas de constituição das reservas; normas de restituição de entradas aos membros que o deixem de ser; regime de alteração dos estatutos; modo de proceder à liquidação e partilha dos bens da cooperativa em caso de dissolução.

Além disso, convém que os estatutos contenham, entre outros pontos: a possibilidade de os directores serem eleitos para mais de dois mandatos consecutivos; indicação de prazo superior a um ano (se assim se quiser) para o mandato do presidente, tesoureiro e secretário da direcção; quem pode obrigar a cooperativa; preceito que crie qualquer tipo de reserva não obrigatória; possibilidade de a direcção designar gerentes e outros mandatários.

b) *Constituição*

As cooperativas de 1.º grau podem ser constituídas através de instrumento particular, ou seja, mediante a realização de uma assembleia de fundadores da qual será lavrada uma acta com as assinaturas dos participantes reconhecidas notarialmente (art.º 9.º a 11.º).

A legislação complementar aplicável aos diversos ramos pode exigir escritura pública. É o que acontece hoje com os ramos de comercialização, de habitação e construção, de ensino e com as caixas de crédito agrícola mútuo (art.º 9.º).

Todavia, como vimos já, as cooperativas de grau superior têm de ser constituídas por escritura pública (art.º 78.º).

c) *Publicações*

Nos termos do art.º 17.º, dentro de 90 dias a contar do registo provisório, a cooperativa fará publicar num jornal da localidade ou do concelho em que tenha a sua sede os seguintes elementos: denominação e número de inscrição no registo, localização da sede, ramos e objecto, identificação dos fundadores.

Dentro do mesmo prazo, terá também de fazer publicar (gratuitamente aliás) no Diário da República, os estatutos, o número e a data de inscrição no registo e a identificação completa dos fundadores (art.º 18.º).

Deve-se ter bem presente o que nos diz o art.º 19.º: «Enquanto não forem feitas as publicações previstas nos art.ºs 17.º e 18.º, os cooperadores serão pessoal e solidariamente responsáveis entre si e em conjunto com a cooperativa por todos os actos que tenham praticado em nome desta».

d) *Assembleias Gerais*

No que diz respeito às reuniões do órgão máximo da cooperativa há que ter em conta alguns pontos relevantes.

É obrigatória a realização de duas assembleias gerais ordinárias por ano. A primeira, até 31 de Março, para apreciação e votação do relatório, e contas e balanço do ano anterior; a segunda, para aprovação do plano de actividades e orçamento para o ano seguinte, a efectuar até 31 de Dezembro.

A convocatória da AG tem de ser feita por via postal ou por via directa contra recibo, para além de ter de se subordinar às outras exigências do art.º 44.º, sob pena nulidade das decisões tomadas.

Também serão nulas as deliberações sobre temas que não constem da ordem de trabalhos, necessariamente divulgada na convocatória.

Na AG cada cooperador (art.º 50.º) não pode representar mais do que três outros membros da cooperativa, podendo ainda fazer-se representar por familiar maior que com ele coabite, o que implicará sempre documento escrito, dirigido ao presidente da mesa da AG, com a assinatura do mandante reconhecida nos termos legais.

e) *Actos de comunicação obrigatória ao INSCOOP*

Sob pena de o INSCOOP comunicar às entidades competentes para que elas reduzam ou suspendam o apoio técnico e financeiro que lhe estiverem a conceder, as cooperativas devem enviar àquele instituto os duplicados de todos os elementos referentes aos actos de constituição ou de alteração dos estatutos, e os relatórios e contas anuais, depois de terem sido aprovados na AG.

f) *Adaptação das cooperativas existentes ao Código*

Até 30 de Junho de 1983 ⁽⁸⁾ ⁽⁹⁾, têm de ser introduzidas as alterações aos estatutos das cooperativas necessárias à sua compatibilização com o Código Cooperativo e com a legislação complementar aplicável a cada ramo. Essas alterações poderão ser decididas por maioria simples dos votos expressos em Assembleia Geral.

6. Os comentários que teci, as críticas que formulei, uma ou outra sugestão avançada, constituem, no seu conjunto, uma tentativa de contribuir para um debate indispensável para alertar os cooperativistas portugueses, tornando-os plenamente conscientes das suas tarefas imediatas e de médio prazo no que respeita à legislação cooperativa.

Este código cooperativo tem de ser esvaziado da sua agressividade em face da realidade que pretende regular, tem de ser desactivado no que contém de autêntica armadilha contra algumas das manifestações mais vivas do movimento cooperativo.

Por isso, no imediato é indispensável que as cooperativas organizem as suas reivindicações de mudanças legislativas, de modo a que possa ser apresentada ao poder político uma proposta clara e sem quaisquer ambiguidades.

O 25 de Abril libertou o movimento cooperativo da camisa de forças que o atrofiava, a resposta no terreno foi uma espantosa proliferação de unidades com os mais diversos perfis, reflectindo às vezes precipitação, inexperiência, imaturidade, mas

⁽⁸⁾ O ramo agrícola dispõe do prazo de um ano a contar da data de publicação do respectivo diploma complementar (art.º 98.º). Esta publicação teve lugar em 21/9/82.

⁽⁹⁾ O novo governo alargou este prazo até ao fim de 1983.

revelando muitas outras, criatividade e imaginação, para o rasgar de novos caminhos.

A Constituição de 1976 correspondeu a esse movimento social, potenciando-o, mas o legislador ordinário, isto é, o poder político, ficou estático. Quando em 1980, nos termos já apontados, surgiu finalmente uma lei geral, a realidade tinha-se desenvolvido por mil ramificações diferenciadas. Nem todas legítimas e saudavelmente cooperativas? Nem todas viáveis? Nem todas com condições de subsistência? Haveria que se analisar isso com um cuidado que não existiu. Todavia, o que não pode é o poder político ignorar que a sua própria inércia levou ao emergir de realidades com variações, com que se tem de contar, que se não podem artificialmente apertar em moldes rígidos e impostos, sob pena de as aniquilar, em vez de as corrigir, se houver correcções a fazer. É portanto legítimo, justo, necessário, pôr a legislação ao serviço de todas as cooperativas existentes, dotando-a de uma maleabilidade que, não implicando a renúncia a uma ideia de orientação, nunca possa ser elemento destruidor; combinando os preceitos imperativos com soluções transitórias, que permitam uma transformação sem riscos da realidade cooperativa tal como ela é hoje.

Este indispensável apego ao imediato não nos deve fazer esquecer porém o médio prazo: a luta por um verdadeiro Código Cooperativo. Uma luta que passa pelo próprio amadurecimento do sector cooperativo que o torne um tecido sólido e uma dinâmica expansiva. Uma construção que implica um rigor em todos os conceitos usados, que agora não existe, uma formulação precisa dos preceitos e uma sistematização segura. Não pode ficar fora desse verdadeiro Código toda a actual legislação complementar, ela própria, é claro, submetida ao crivo do mesmo rigor. Contudo, essa luta, essa construção, esse rigor, não podem agir desgarradamente. Têm de escolher sólidos pontos de partida e uma lógica de desenvolvimento coerente, firme e ousada. Como pontos de partida não podem ser esquecidos, quer a própria independência do conceito de cooperativa em face das associações e das sociedades, quer o lugar constitucional do sector.

A cooperativa poderá assim afirmar-se como verdadeira semente capaz de gerar uma legislação autónoma, tão inovadora quanto possível, plenamente ajustada à prática e potenciadora do seu desabrochar permanente. A lógica dessa gestação, desse crescimento geneticamente condicionado, será precisamente cooperativizar a ordem jurídica cooperativa, descomercializando-a radicalmente.

2.^a SESSÃO: AS COOPERATIVAS DE CONSUMO

Num período de crise económica em que as taxas de inflação relativas aos bens alimentares chegam a ultrapassar as taxas médias de inflação (por ex., no período de 1976-1981 a taxa média/ano no sector de alimentação e bebidas foi de 24,5% enquanto o índice geral de preços foi de 22,0%) e sabendo que logicamente são as classes de menores rendimentos as mais afectadas por esta situação de diminuição do poder de compra, a problemática das cooperativas de consumo assume especial importância, orientada não só no aspecto quantitativo (fornecimento de bens a preços inferiores aos correntes no mercado) mas também no qualitativo (defesa da qualidade dos produtos consumidos, orientação do consumidor).

As cooperativas de consumo poderão, pois, (sem alimentarmos muitas ilusões a este respeito) constituir um meio organizativo de defesa (parcial) relativamente à subida do custo de vida, mas não só. Todos nós sentimos, mais ou menos, uma degradação crescente dos produtos consumidos (estado de conservação, introdução de produtos tóxicos) e simultaneamente, também, uma certa impotência (individual) de exercer um controlo sobre esta situação, agravada pelos efeitos da publicidade e pela multiplicação de marcas. A luta pela defesa da qualidade de consumo assume, assim, uma especial importância. E a sua organização terá que ser forte para poder enfrentar as cada vez mais fortes cadeias de produção e comercialização, em que os responsáveis são difíceis de identificar.

Tendo sido pioneiras no desenvolvimento do movimento cooperativo, estamos hoje conscientes de que as cooperativas de consumo não atingirão os seus objectivos sem uma ligação a formas semelhantes (ou pelo menos não antagónicas) na produção e distribuição. Mas, apesar disso, elas não deixarão de constituir um importante espaço de minoração e de resistência aos efeitos nocivos do «consumismo» não esquecendo o papel pedagógico que possam desempenhar neste domínio. Por isso as escolhemos como tema de debate para esta sessão, que conta com a participação de activistas de cooperativas, e onde serão desenvolvidas e discutidas, nomeadamente nas duas intervenções que o vão iniciar, entre outras, algumas das questões que, sumariamente, acabamos de levantar.

Maria Manuel Leitão Marques

ARAÚJO BARBOSA *

O PODER DO CONSUMIDOR E O DESENVOLVIMENTO DA PROPRIEDADE SOCIAL

— DOIS ASPECTOS DE SÓ UMA REALIDADE —

Os graves contratempos que o movimento enfrenta em todas as coordenadas geo-políticas, decorrentes das profundas crises instaladas nos sistemas dominantes e dos espetaculares avanços tecnológicos, impõe-nos uma atitude permanente de reflexão.

Uma atitude permanente de reflexão que seja assumida por todos que encontram nas organizações voluntárias o seu campo de actuação e o seu modo de realizar o homem.

É nesta óptica que ensaiei, com o cuidado possível, uma pequena intervenção que se propõe animar este debate e que nos permita trocar, nesta sessão das jornadas, os credos e as crenças que cada um de nós tem em relação à cooperativa de consumo, como instrumento de poder dos consumidores e elemento dominante no desenvolvimento da propriedade social.

A «defesa do consumidor», expressão comum que deixei de usar no meu vocabulário, é um tema muito ligado aos novos conceitos da qualidade de vida, conceitos que nos dias de hoje preenchem grandes parágrafos de pequenos discursos políticos e que na nossa terra, cheia de epopeias seiscentistas, até tem um ministério com lei orgânica.

A sociedade portuguesa que, por mecanismos repressivos ou por sonho, se tem identificado nos últimos 160 anos no aparelho de estado, como fim absurdo da sua decadência, quando começou a poder cantar as glórias dos seus sucessos, em regime democrático, pós 25 de Abril, entendeu que se atribuisse constitucionalmente ao estado a competência de proteger o consu-

* Dirigente da Cooperativa Novos Pioneiros de Braga.

midor, agitasse as pequenas consciências e regulamentasse por lei esta competência do estado, a designada «defesa do consumidor» estava pronta e acabada para ser expedida para a Europa com a simples designação em carimbo «Feita em Portugal».

Perdoem-me esta ironia, mas penso que o consumidor passou de figura de existência desconhecida, no vocabulário da organização corporativa fascista, a ser tido hoje como unidade com pretenso perfil dinâmico. No conjunto da actual legislação portuguesa, e, apesar disso, salvo heróicas intervenções de uns grupos de amigos em acções de denúncia, o consumidor não tem deixado de ser figura de retórica nos discursos da classe política deste país.

Entendo portanto que em Portugal toda a construção do poder dos consumidores, designação que traduz em termos dinâmicos o que se entende superficialmente por «defesa do consumidor», só partirá do lado oposto ao Estado e só fora dele se poderá desenvolver materialmente uma estratégia, que corporize a sua própria linha de actuação política, como ser histórico no quadro de uma sociedade moderna.

E é neste contexto que nos surge como objecto de análise a cooperativa de consumo, instrumento que começou por ser, ao tempo da 1.^a Revolução Industrial, uma forma organizada de defesa do proletário e que ainda não é hoje em Portugal instrumento dominante do poder do consumidor.

Só que a minha convicção de ser a cooperativa de consumo um instrumento dominante do poder dos consumidores, mesmo contando com uma evolução positiva nas linhas que se desenham a curto prazo, não colhe satisfatoriamente no actual universo cooperativo português muitos argumentos que a demonstrem.

Consciente do pessimismo da leitura que faço e do conteúdo polémico da minha convicção, passemos à descrição da realidade cooperativa no consumo.

Cerca de 500 unidades cujo valor total de vendas em 1982 foi de cerca de 8 milhões de contos, (valor aproximado), que nos leva a configurar, como unidade média, serem a generalidade das cooperativas portuguesas estruturas de retalho alimentar a facturar cerca de 16 mil contos/ano, ou seja, 1 330 contos/mês. Relacionando este dado com o número de associados, que são estimados em 350 mil, encontrávamos um coeficiente de fidelidade dos consumidores associados à cooperativa, que levava a concluir que os cooperadores só comiam 2 meses por ano, ou que as cooperativas estavam fechadas 10 meses em cada 12. Isto admitindo que um agregado familiar de 4 pessoas se alimenta com 11 500\$/mês.

Mas a situação é muito mais grave, se admitirmos que as 25 maiores cooperativas portuguesas representam no total cerca de 3 milhões de contos, ou seja, 37% do valor global do volume de vendas das cooperativas portuguesas.

Por outro lado, se tivermos em conta a agressividade do sector privado no domínio da indústria e distribuição alimentar, bem como o desenvolvimento das cantinas e «cats» dos organismos públicos à boa moda corporativa, temos de admitir que nem a presente realidade das cooperativas de consumo é minimamente satisfatória, nem o terreno onde se irão desenvolver se apresenta fácil no futuro.

Acresce a estas situações que as ideias dominantes dentro do movimento das cooperativas de consumo e dentro da sua respectiva Federação, apoiadas pelas perspectivas de um Código Cooperativo que impõe selvaticamente a verticalização dos diferentes ramos, são dominadas por concepções de gigantismo verticalizante à boa moda europeia, e não desenvolvem nem favorecem modelos de intercooperação entre as unidades de diferentes ramos.

Assim sendo, como estruturas, as cooperativas de consumo não garantem no presente nem se podem ver no futuro, como instrumentos essenciais do poder dos consumidores. Acresce ainda a estes dados negativos a circunstância de a unidade doutrinária no movimento ser muito vaga e diluída, por vezes a confundir-se com aspectos ideológico-partidários.

Os seus dirigentes, de uma forma geral, têm pouca formação técnica para dirigir as componentes empresariais das cooperativas, têm concepções conservadoras sobre a política de pessoal e recusam-se a admitir quadros técnicos para gerir a vida empresarial da cooperativa.

Parece portanto, no conjunto dos argumentos que sumariamente descrevi, que a situação é negra e o terreno muito fraco.

Contudo, se os actuais dirigentes das cooperativas puderem fazer uma profunda reflexão dos seus insucessos e das suas potencialidades, seria possível inverter o fatal rumo de acontecimentos, cujos primeiros sinais são já visíveis num conjunto apreciável de cooperativas de consumo, que estão à beira da falência como empresas e inevitavelmente, por essa razão, como associações.

Só que inverter o rumo e assumir-se como um instrumento dominante do poder dos consumidores, garantindo uma distância recomendável do aparelho de estado, condição *sine qua non* do sucesso da sua estratégia, impõe caminhar a passos

muito largos para a produção da maioria dos próprios bens que distribui.

É com certeza possível com algumas alterações estruturais serem as cooperativas de consumo veículos da agitação e da propaganda da política dos consumidores mas, se não oferecerem alternativas de produtos, se não impuserem modelos racionais de consumo, se não desenvolverem o seu potencial de distribuição e alargarem a sua acção aos não associados, as cooperativas de consumo não cumprem o seu objectivo.

Mesmo que se admita que duas dúzias de cooperativas, no conjunto das 500, têm peso nos seus locais de implantação para moralizar o mercado, isso não passa de um oásis no deserto das necessidades correntes do consumidor.

E se por um lado foi extremamente positivo levar dezenas de dirigentes de cooperativas de consumo a visitar organizações em toda a Europa e fazerem-se grandes esforços na política de formação dos mesmos, por outro lado, como bons portugueses que todos somos, estamos neste momento a braços com um conjunto de sonhos nos bolsos, sem saber o que lhe fazer.

Na maioria dos países europeus, as grandes organizações verticais que conhecemos desenvolveram-se pelo menos até ao fim dos anos 60, assumiram posições fortes na produção de grande parte dos produtos que distribuem, formaram a sua imagem nos consumidores e com os consumidores, mas nenhuma delas serve contudo como modelo para o nosso projecto. Isto se pudermos falar de «nosso projecto».

Hoje, em Portugal, tem que se «virar a 180 graus», pois já não é verosímil nem provável que as 500 cooperativas possam assumir um projecto de desenvolvimento que não só consolide o que temos, como também realize o poder dos consumidores.

Nem a hipótese de uma rápida integração das 25 maiores cooperativas de consumo, que representam um valor de operações de 3 milhões de contos, apoiadas por um ou dois grandes armazéns centrais a criar, resolveria o problema.

A única saída que se nos apresenta consiste em encararmos o sector cooperativo como um todo e caminharmos na integração horizontal a nível local, com as cooperativas agrícolas, operárias de produção, habitação, crédito, artesanato, pescas, serviços, culturais e ensino.

Só desta forma se ganha o tempo perdido e se projecta realisticamente o desenvolvimento da propriedade social na sua componente cooperativa, se realiza em termos globais o princípio da intercooperação definido em 1966 no Congresso de

Viena e se constituem as cooperativas em instrumento do exercício do poder dos consumidores.

O que considero como a única saída para as cooperativas de consumo, na sua estratégia empresarial, é, de certa forma também, a única saída para as cooperativas dos outros ramos, na sua estratégia associativa. Se o ramo do consumo ainda tem alma, muitos dos outros só têm empresas por vezes particularmente geridas em forma cooperativa.

O assumir desta batalha para ultrapassar as nossas debilidades estruturais não é contudo fácil se nos lembrarmos que outros ramos do sector cooperativo em Portugal são muito diversos, alguns deles muito encostados ao aparelho de estado e outros até considerando-se meras formas associativas de proprietários individuais, praticando a permanente descapitalização pelas políticas altistas de retorno que debilitam as unidades.

De qualquer forma, se uma ou duas realidades deste tipo surgirem a curto prazo em Portugal, o exemplo pode transformar-se em regra e as cooperativas de consumo serem nesse momento o ponto sólido do poder dos consumidores.

Creio que, se em traços gerais olharmos o passado, para analisarmos as formas por que foram assumidas pelas organizações do trabalho, desde o sindicato de base à sua federação e confederação e as auto-limitações que esta via conteve e contém, podemos entender que na nossa situação concreta, todo o poder a criar tem de estar junto das mãos e da acção dos interessados, com o objectivo de obter toda a força recusando sempre os modelos de gigantismo das organizações.

É no quadro destes pressupostos que continuo a entender que o poder dos consumidores e o desenvolvimento da propriedade social são apenas dois aspectos de uma mesma realidade.

E quem, como responsável de uma cooperativa ou como dirigente de opinião, entender que o caminho é o que se perspectiva no Código Cooperativo ou na Lei da Defesa do Consumidor, com o seu Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, não só se engana no espaço e forma do seu entendimento/acção como admite a ideia ingénua de, com o aparelho de Estado tenha ele que sinal tiver, conseguir implementar a política de defesa do consumidor e o desenvolvimento cooperativo.

E que nunca se perca de vista que o objectivo da acção cooperativa é o homem, o objectivo da defesa do consumidor é também o homem e já chega de deuses ou entidades afins que se assumem como barreiras da realização do futuro que estamos a criar.

3.^a SESSÃO: COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

Discutir hoje a agricultura portuguesa sob o ponto de vista da cooperação coloca, parece-nos, dois grandes tipos de questões — as mais imediatas, que têm a ver com a consolidação e a difusão do movimento cooperativo na agricultura, e as que se prendem com o problema da *transformação* deste sector importante da nossa economia.

Estas duas preocupações estiveram presentes na sessão sobre Cooperação Agrícola.

A primeira ordem de questões reflectiu muitos dos problemas (alguns deles verdadeiramente urgentes) que as cooperativas têm que superar, nomeadamente as que decorrem da conjuntura do crédito em Portugal, das exigências desenraizadas da realidade cooperativa que a legislação sectorial e o código cooperativo impõem, da importância que a ajuda técnica e a intercooperação representam no *arranque* e na consolidação das pequenas cooperativas.

Foram discutidos os parâmetros a que uma política de crédito potencializadora de desenvolvimento deveria obedecer (crédito prioritário, beneficiando de bonificações máximas) e do papel central que às cooperativas deve ser conferido (cf. comunicação de Belmiro Moita da Costa).

A intercooperação, sendo um princípio norteador do movimento cooperativo (já consagrado como tal pela Aliança Cooperativa Internacional), foi também outro ponto central desta sessão. Joel Figueiredo, intervindo no painel introdutório, referiu-se ao papel decisivo que o apoio técnico (que, por vezes, nem precisa de representar um grande esforço por parte de quem o faculta) pode ter como elemento de arranque e consolidação das formas cooperativas de menor dimensão. E são já vários os exemplos que revelam os excelentes resultados obtidos.

Mas a acção cooperativa na agricultura, devendo reflectir a luta quotidiana com objectivos de superação de uma situação desfavorecida que se exemplifica pela degradação dos termos de troca do sector, é também, e essencialmente, um projecto

global. A ele se associam as reais possibilidades de transformação que o sector agrícola comporta.

O problema da pequena agricultura em Portugal não está em ser *pequena* ou de base *familiar*. De resto, os modelos europeus, com que constantemente nos é sugerida a comparação, não são nem de base *patronal* nem de *grande* agricultura.

O problema da agricultura portuguesa não está também na *inviabilidade* que se lhe apregoa — o problema está na transformação que se queira *realizar*.

Foi neste contexto que se assinalou nesta sessão a capacidade que a agricultura possui para melhorar as produtividades e para proceder às adequações culturais necessárias à transformação. Embora fosse também sublinhado que este caminho tem obstáculos — nomeadamente os que decorrem da crescente *industrialização* dos produtos agrícolas ou de projectos que conduzem a formas desequilibradas de gestão dos recursos. É também face a estes obstáculos que a acção cooperativa ganha importância.

José Reis

JOSÉ REIS *

A AGRICULTURA E A ACÇÃO COOPERATIVA

1. Com esta reflexão procura-se prestar alguma atenção ao lugar para que a agricultura tem sido remetida na economia e na sociedade portuguesas e, assim, contribuir para sublinhar o papel indispensável que a cooperação agrícola representa como forma potencializadora de um papel diferente para a agricultura. Diferente quer significar, na situação concreta que hoje se vive, a possibilidade de conter a tendência para a diminuição da remuneração do trabalho dos agricultores e de viabilizar uma real capacidade para a agricultura se articular com outros sectores produtivos num modelo de desenvolvimento da sociedade portuguesa mais centrado sobre as necessidades do país. E isso, sabe-se, não dispensa que aos agricultores seja dada a palavra e que o desenvolvimento das zonas industriais da transformação e distribuição de produtos agrícolas e da *malha* industrial que possibilite a internalização do desenvolvimento económico se faça *virado para* a agricultura e não à custa dela (Bernis, 1981).

É também um dado assente que, sozinho e desorganizado, o sector agrícola é um ponto fraco. A acção cooperativa surge, então, como uma necessidade óbvia.

Procurarei aqui, essencialmente, analisar *um* ⁽¹⁾ dos aspectos do relacionamento económico da agricultura onde se manifesta o seu desfavorecimento — refiro-me às relações mercantis (de compra e venda de produtos e de factores de produção) em que a agricultura intervém.

Não se confinam a isto, como se sabe, nem o papel que a agricultura desempenha nem os problemas que tem que su-

* Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

⁽¹⁾ Sobre as «funções» do espaço rural cf. Pinto (1981).

perar. O papel da agricultura é múltiplo e não passa só pelo produto comercializado mas também, e muito na economia portuguesa, pelo que representa como lugar de prolongamento da jornada de trabalho de muitos trabalhadores de outros sectores e, daí, como complemento para a satisfação das suas necessidades. E entre os problemas um deles é bem conhecido — o das estruturas produtivas. Qualquer destes aspectos não é alheio à discussão que se faça sobre a acção cooperativa na agricultura, hoje em Portugal.

Tomando como principal objectivo desta reflexão o domínio, embora parcial, dos mercados agrícolas e alimentares estamos também a situar-nos na esfera em que a capacidade de intervenção da cooperação agrícola é mais possível, pois é aí que ela já existe mais estruturada. De facto, das 1284 cooperativas agrícolas existentes no final de 1980 e que representavam 37,9% do total das cooperativas portuguesas, a maioria é de «serviços cooperativos» (627) e de transformação (190). É de notar também que o campo está aberto para uma conjugação de esforços, que se deseja forte, entre as cooperativas agrícolas e as cooperativas de consumo — objectivo importante já assinado nestas Jornadas de Cooperativismo. As cooperativas de consumo (13,9% do total) e as agrícolas representam mais de metade das cooperativas portuguesas, pelo que não falta *espaço* para que esta acção conjugada se desenvolva.

2. São já termos demasiado gastos os que atribuem à agricultura portuguesa o papel de empecilho, de travão para o crescimento económico português porque ela é atrasada, porque produz pouco, porque por isso os preços dos produtos agrícolas são caros, porque, enfim, ela absorve os dinheiros do país.

Penso que muitas destas afirmações, embora à primeira vista ganhem justificação numa realidade indesmentível que é a fraca produção agrícola nacional e o baixo nível de certos indicadores com que habitualmente se analisa a economia agrícola, são principalmente pouco esclarecedoras acerca da situação que procuram caracterizar. Porque, de facto, não me parece que seja correcto, na economia como em tudo, arranjar um *culpado* por todos os males — neste caso os «males» que a nossa economia representa — e com isso justificar tudo. A agricultura portuguesa tem sido arvorada nesse *culpado* mas, a agricultura é um sector da economia e, aí, integra-se nas *relações* que caracterizam o funcionamento económico duma sociedade. O que importa saber é como se processam essas relações e, principalmente, onde são originadas e como são orientadas. Ora todos estaremos de acordo que não tem sido a agricultura nem os

produtores agrícolas, que têm ditado as orientações da economia portuguesa e que eles têm sido, isso sim, subordinados pelas relações e pelo lugar que a economia — e quem a orienta — lhes impõe. Aliás, se concordamos que um vector indispensável a um processo de desenvolvimento é uma forma de articulação da agricultura e da indústria mutuamente potencializadora de incentivos, temos de concluir que esta condição tem estado de todo em todo arredada da economia portuguesa. À agricultura tem-se, de facto, pedido que forneça produtos a preços baixos (este foi um objectivo declarado da política económica dos anos 60) e que seja ainda lugar de complemento dos salários baixos que alguns sectores não-agrícolas pagam aos seus trabalhadores (isto é, que participe na *reprodução da força de trabalho*).

No campo de análise que me proponho, procurarei mostrar como a agricultura portuguesa, no período recente de 1976 a 1981, tem estado a ser alvo de uma drenagem dos rendimentos que cria: isto é, a agricultura está a pagar cada vez mais por aquilo que compra e a receber cada vez menos (em termos reais) por aquilo que vende. Nestes termos, não tem sentido responsabilizar a agricultura pelo efectivo aumento dos preços (no consumidor) dos produtos alimentares: eles elevam-se mas não em benefício, ou por causa, da agricultura mas principalmente em favor dos circuitos comerciais (os chamados sectores a jusante da agricultura), ou como efeito dos aumentos muito significativos dos preços dos factores de produção que os agricultores compram aos sectores a montante.

Assim, e para o período 1976-81 ⁽²⁾ pode-se justificadamente adiantar as seguintes ideias:

a) *Os portugueses não têm melhorado a sua alimentação*

Com efeito, o consumo de produtos alimentares, degradou-se em 1978 e 1979 e, em 1980 e 1981, recuperou os níveis verificados em 1976. De facto, a rubrica «Alimentação e Bebidas» das «Despesas dos consumidores em bens e serviços» variou de seguinte forma, em termos percentuais:

1976: 0; 1977: - 1,7; 1978: - 1,4; 1980: + 5,3; 1981: + 0,5

⁽²⁾ Para esta análise utilizaremos, para além da informação directamente fornecida pelo INE e pelo Banco de Portugal, a informação contida em Pinto *et al.* (1982). *A Economia do Sector Agrícola - Análise da evolução 76-80*, Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis.

Naturalmente que os principais atingidos são as classes de menores rendimentos — aqueles para quem as despesas em alimentação constituem uma percentagem mais elevada das despesas totais.

A esta situação acresce ainda o facto de as despesas em «Alimentação e Bebidas» terem aumentado a sua parte nas despesas totais (isto é as pessoas ficaram com uma parte menor dos seus rendimentos para outras despesas que não as alimentares).

A rubrica alimentação e bebidas representava, em 1976, 45,9% da despesa total, posição recuperada em 1980 (45,5%), mas em 1977, 1978 e 1979 estes valores centraram-se acima dos 47%.

- b) *Os produtos alimentares são pagos pelos consumidores cada vez mais caros*

De facto, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) de «Alimentação e Bebidas» tem sofrido acréscimos percentuais anuais mais elevados que o IPC total:

IPC de «Alimentação e Bebidas»: 1977: + 31,9; 1978: + 22,4; 1979: + 28; 1980: + 10,4; 1981: + 20,1.

IPC total: 1977: + 27; 1978: + 22,1; 1979: + 24,2; 1980: + 16,6; 1981: + 20.

- c) *Os responsáveis (ou os beneficiários) destes aumentos de preços não são os agricultores*

Os aumentos dos preços derivam principalmente da comercialização (do chamado sector a jusante da agricultura) pois a esses aumentos no consumidor não correspondem aumentos equivalentes no produtor.

Tem sido sempre crescente o diferencial verificado na relação preços pagos pelos consumidores/preços recebidos pelos produtores. Considerando uma base 100 para esta relação em 1976, os índices para os anos seguintes seriam:

1977: 107; 1978: 109; 1979: 112; 1980: 117

Daí que os preços *reais* (deflacionados pelo Índice de Preços no Consumidor) recebidos pelos produtores se tenham degradado acentuadamente (13% para o período 1976-80).

Aliás, a comparação das taxas de crescimento dos preços do PIB e do PAB (ou a taxa de crescimento dos preços do PAB com a dos preços no consumidor) é ainda significativa:

Em média, o aumento do nível geral dos preços (representado pelo índice de Preços Implícitos no PIB) é superior ao aumento dos preços do produto agrícola (PAB). Vejamos os acréscimos percentuais anuais:

IPi (PIB): 1977: 27; 1978: 22; 1979: 21; 1980: 14

IPi (PAB): 1977: 33; 1978: 15; 1979: 14; 1980: 13

Neste período os preços no produtor sobem, assim, de 21% para o total da economia e de 18,8% para a produção agrícola.

O efeito inflacionista do sector agrícola é, por isso, pouco significativo, centrando-se sempre em níveis inferiores ao da sua participação no produtor total.

Assim, segundo estimativas dos autores que citamos, a contribuição índice de preços do PAB para o acréscimo do índice de preço total é em 1977 de 8,4%, em 1978 de 11,7%, em 1979 de 9,9% e em 1980 de 3,3%. A participação do PAB no PIB varia entre 13,2% (em 1976) e 11,6% (em 1980).

Se a responsabilização da zona a jusante da agricultura já foi sublinhada, também a influência dos sectores a montante é significativa: isto é, uma parte dos aumentos de preços recebidos pelos agricultores *escoa-se* para os fornecedores por intermédio do aumento dos preços dos factores de produção devido a um aumento mais rápido dos preços dos factores comprados pelos agricultores.

A relação preços recebidos/preços pagos pelos agricultores evolui do seguinte modo, considerando para 1976 a base 100, 1977: 106; 1978: 94; 1979: 95; 1980: 96. Esta evolução é significativamente mais desfavorável para os produtos vegetais que para os pecuários.

Interessante é verificar como se repartem os acréscimos dos preços dos produtos agrícolas entre as despesas intermédias (contribuição dos sectores montante) e a remuneração dos factores específicos dos sectores agrícolas (contribuição da produção agrícola): para o conjunto da agricultura a situação de 1976/77 (37% dos aumentos eram devidos aos sectores a montante; 63% à produção agrícola) inverte-se em 1979/80 (66% e 34% respectivamente).

O sub-sector animal é sempre altamente dependente dos efeitos de montante (mais de 60%) enquanto na produção vegetal a *inversão* é particularmente característica em 1980.

Em conclusão, estima-se que, da variação de preços dos bens alimentares verificada no período 1976-80 (23,15%), 10,43% são devidos ao sector a jusante da agricultura; 5,46% à própria agricultura; 3,7% aos produtos importados e 3,56% ao sector a montante.

Alargando a análise aos dados fornecidos pelo novo sistema de Contas Nacionais do INE (período 1977 a 1981) podemos, para o ramo «agricultura», confirmar a tendência até aqui assinalada.

Consideraremos como mais significativa a evolução das seguintes variáveis: valor acrescentado, consumos intermédios, margens comerciais.

	1978		1979		1980		1981	
	1	2	1	2	1	2	1	2
Valor acresc.	8,2	22,1	25,8	-3,5	0,08	5,4	-15,6	12,0
Cons. intermé.	-4,9	22,1	8,1	22,9	16,0	14,6	-0,5	27,0
Margens comer.	2,9	24,2	7,7	6,2	7,6	13,7	-2,5	17,9

1 — Taxa de crescimento em volume

2 — Taxa de crescimento dos preços

Assinale-se, em primeiro lugar, como o aumento dos preços do valor criado na agricultura é muito menos acentuado que as margens comerciais que vão onerar estes produtos — este *afastamento* confirma-se em todos os anos deste período. Daí, portanto, o diferencial entre o incremento dos preços no consumidor e o dos preços no produtor já atrás referido.

Por outro lado, o crescimento anual dos preços dos consumos intermédios da agricultura (compras dos agricultores com fins produtivos) está também fortemente *desnivelado* relativamente ao aumento dos preços do valor acrescentado. Este é um aspecto que não pode ser omitido quando se discute a chamada «modernização» da agricultura.

d) *Os rendimentos dos agricultores diminuem*

A posição relativa dos rendimentos criados na agricultura é um indicador, entre outros, da posição (desigual) que a agricultura ocupa numa formação social.

Ora, não há indícios (antes pelo contrário) de que esta situação se altere. Desde 1978 que a evolução dos rendimentos reais é negativa (-5,2% em 1978; -8,8% em 1979; -3,4% em 1980; -1% em 1981). Aliás semelhante comportamento é o do rendimento real dos trabalhadores rurais (-9% em 1977; -5% em 1978; -1,7% em 1979; +1,9% em 1980; -3% em 1981).

Como semelhante é também a evolução que afecta outros estratos dos trabalhadores portugueses: por exemplo os da indústria transformadora cujos salários são dos mais baixos (jun-

tamente com a construção) no conjunto das actividades não agrícolas.

Mas, ao sublinharmos a questão dos rendimentos dos agricultores estamos também a situar-nos no campo do objectivo «histórico» mais afirmado pelo movimento cooperativo agrícola — a luta contra a diminuição relativa desses rendimentos (Barros, 1979).

3. Porque nos estamos a situar num campo agregado, global, e porque, para além disso, a análise da agricultura e da sociedade portuguesa exige a consideração da diversidade e das particularidades que as caracterizam, reputo ainda de *parciais* os aspectos que acabamos de referenciar.

Tem-se de facto, a ideia de que o papel desempenhado pela agricultura na economia portuguesa é mais complexo: é, por exemplo, notório que muito da estrutura industrial portuguesa (a parte que mais claramente reflecte a sua debilidade) procura *suporte* na agricultura.

A constatação das disparidades salariais em Portugal (Leitão e Freitas, 1982) evidenciam-nos uma *zona* do tecido industrial português que ocupa o nível inferior do leque salarial. Trata-se de um conjunto de actividades da indústria transformadora (vestuário, calçado, cortiça, alimentação, madeiras, têxteis, e a que há que juntar também a construção e obras públicas e a indústria extractiva) que mais do que considerá-las como *tradicionais* (como fazem as outras acima referidas) são, a meu ver, representativas de uma forma particular de relacionamento com uma mão-de-obra cujo enquadramento familiar é ainda rural (ou estará daí em transição). É assim que ganha sentido particular a «função» de fornecimento e reprodução da força de trabalho industrial desempenhada pela agricultura portuguesa.

A circunstância de o papel da agricultura assumir esta forma multifacetada e dominada e de ser, afinal, a partir desta situação (e não de modelos ideais que fazem *tábua rasa* da realidade existente) que se tornam imperiosas acções que viabilizem a superação da nossa insuficiência produtiva e, fundamentalmente, que defendam o posicionamento social da população agrícola e potencializem um modelo de desenvolvimento auto-centrado, faz redobrar de importância a acção cooperativa.

Exige-se-lhe, por isso, que não perca a sua ligação aos agricultores e a uma válida perspectiva de desenvolvimento económico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barros, Henrique (1979), *Cooperação Agrícola 1970*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Bernis, Destanne de (1981), *Propositions pour une Stratégie de Développement*, Grenoble.
- Leitão, Maria Lúcia e Freitas, Vera (1982), *Análise das Disparidades Salariais no pós 25 de Abril*. Lisboa: Moraes Editores/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Pinto, A. Sevinete et al. (1982), *A Economia do Sector Agrícola - Análise da Evolução*; 76-80, Lisboa: Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis.
- Pinto, José Madureira (1981), «O Espaço Social Rural: Especificidades, Funções, Transformações», *Revista Crítica de Ciências Sociais* 7/8.
- INE (1982), *Contas Nacionais 1977 a 1981*. Lisboa: Serviços Centrais.

BELMIRO MOITA DA COSTA *

O CRÉDITO: UM INSTRUMENTO INDISPENSÁVEL AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA PORTUGUESA

Sempre que os problemas da agricultura portuguesa estão em discussão, várias questões se levantam, assumindo papel fundamental as seguintes:

— Como desenvolver a agricultura portuguesa? — Quem concretizará esse desenvolvimento? — Será possível um crescimento sem uma mudança na nossa política industrial? — Que relações se devem estabelecer entre a agricultura e as outras actividades económicas?

Neste sentido vários modelos têm sido formulados, mas, por desajustados ou falta de vontade do poder político, nenhum deles foi aplicado de modo a proporcionar um desenvolvimento, pelo menos satisfatório, do sector.

É também do conhecimento de todos que nesta problemática um instrumento assume sempre importância fundamental: o crédito, que até um passado recente teve pouco significado no sector primário, apesar do esforço daqueles que através das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo tentaram mobilizar poupanças internas para aplicar na agricultura. Entretanto, com a criação do IFADAP, nos finais da década de setenta, do Sistema de Financiamento à Agricultura e Pescas (SIFAP) e diversos diplomas que definem as normas relativas ao refinanciamento e bonificação de juros de empréstimos para investimento e campanha, deu-se uma certa expansão do crédito no sector primário. Tal situação deve-se, como é óbvio, ao facto de o referido sistema permitir taxas de juro mais baixas que as praticadas em financiamentos normais, pagamentos postécipa-

* Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

dos de juros e à natureza dos beneficiários, que é bastante alargada (agricultores autónomos, agricultores com outras actividades, empresários agrícolas, cooperativas, associações de agricultores, unidades agro-industriais, rendeiros, etc.).

É evidente que, ao criar o SIFAP, o legislador teve em mente que o crédito, para cumprir a sua missão como instrumento de desenvolvimento, não pode ser simplesmente um canalizador de meios financeiros para as unidades agrícolas; pelo contrário teve presente que terá de assegurar-se que a sua aplicação se fará ao serviço de normas de produção e de eficiência sócio-económica, bem como no enquadramento mais adequado. É neste contexto que a sua concessão em situações mais vantajosas, isto é, com bonificações máximas, depende não só da viabilidade técnica e rentabilidade económico-financeira do investimento, mas também de critérios de natureza cambial (VAN e PRD) ⁽¹⁾ e do seu enquadramento na política agrícola do Ministério da Agricultura.

Assim, viabilidade técnica, rentabilidade económico-financeira, enquadramento na política do Ministério da Agricultura e efeitos negativos pouco significativos na Balança de Pagamentos são condições essenciais para que qualquer projecto agrícola beneficie das bonificações máximas actualmente em vigor, (12,5%, 10,5%, 8,5%, 6,5% e 3,5%, respectivamente no 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos) ⁽²⁾.

Pelo exposto facilmente se verifica que só a natureza do investimento, pelas suas características, poderá limitar as máximas bonificações e os prazos de financiamento. Tal filosofia de crédito bonificado é, a nosso ver, incompleta, não tem contribuído para uma alteração de grande significado do ritmo de crescimento da produção agrícola, não tem atenuado os desequilíbrios regionais, principalmente na perspectiva interior/litoral, e terá sido essencialmente um instrumento de redistribuição de rendimentos — o que é muito pouco e de difícil controlo.

Após esta análise sumária do actual sistema de financiamento à agricultura, uma questão se levanta:

⁽¹⁾ VAN — Valor Acrescentado Nacional (mais beneficiados aqueles cujo peso de investimento de origem nacional é maior).

PRD — Período de Recuperação de Divisas (consequência de importações evitadas e/ou do aumento das exportações).

⁽²⁾ No caso do financiamento ser a 3 anos e a 5 anos. No caso de empréstimos de curto prazo (a 1 ano) as bonificações serão de 5,5% ou 3,5%, conforme os casos.

— Que ajustamentos devem ser introduzidos no actual sistema de crédito à Agricultura, para que ele seja efectivamente um instrumento de desenvolvimento?

Esta questão, como é evidente, terá de ser enquadrada na política agrícola, financeira e monetária a definir pelo Poder Central. Se existir, no entanto, vontade política de contribuir para um verdadeiro desenvolvimento da agricultura, são, na nossa opinião, indispensáveis, entre outras, as seguintes acções:

— Como compensação pelas condições adversas da agricultura, quer no domínio da produção quer no domínio da comercialização, deveriam fixar-se taxas de juro mais baixas e constantes durante o período do empréstimo.

— A atribuição de maiores, ou menores, bonificações e subsídios deveria estar também associada aos objectivos pretendidos com o investimento e/ou localização da exploração agrícola e/ou tipo de beneficiário (Associações de Agricultores, Cooperativas, agricultores autónomos, etc.).

— Atenuar os processos burocráticos e lentos que acompanham os pedidos de crédito e respectivas garantias, principalmente quando os beneficiários são pequenos agricultores e/ou o montante do financiamento é reduzido.

— Atitudes intransigentes para os que desviam para outros fins o crédito bonificado.

— Flexibilidade de reembolso, quando acontecimentos anormais provocam perdas na exploração.

— Prazos de reembolso mais dilatados e subsídios para investimentos específicos, quer pela sua natureza quer pelo seu interesse no sector.

— Uma melhor organização a nível administrativo e contabilístico das unidades do sector, para melhor estabelecimento do montante e critérios de financiamento, o que contribuirá para que a concessão de crédito não assente essencialmente na confiança que o beneficiário oferece às instituições de crédito, em virtude dos seus valores patrimoniais.

É evidente que as acções referidas exigirão algum tempo, meios financeiros importantes e esforço de imaginação de todos os que querem desenvolver o sector primário.

4.^a SESSÃO: OS PRINCÍPIOS COOPERATIVOS

NELSON LOURENÇO *

O COOPERATIVISMO COMO TEORIA E PRÁTICA HISTÓRICA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO **

— TÓPICOS PARA UMA DISCUSSÃO —

1. Nos finais do século XIX o cooperativismo bifurca-se em duas grandes correntes ideológicas:

- a) A do *utopismo*, expressa em projecto tão grandioso e de envergadura histórica como a República Cooperativa;
- b) A do *pragmatismo*, destinada a melhorar sectorialmente as condições de operacionalidade da economia capitalista.

Dentro destes marcos globais foi-se definindo na Europa Ocidental uma complexa trama de teoria e doutrina que compreendeu os pragmáticos alemães ligados ao cooperativismo de crédito (como Raiffeisen e Hermann Schulze-Delitzsch), os cooperativistas ingleses localizados entre o «socialismo utópico» de R. Owen e o cooperativismo de consumo de Rochdale, e, em França, as concepções do cooperativismo operário de produção de Philip Buchez (no quadro do socialismo cristão) e de Louis Blanc (o cooperativismo erigido por um Estado reformador) ou ainda por Fourier que às colónias comunistas de Owen contrapunha os seus Falanstérios, para não citar, já na

* Assistente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

** Este texto serviu de base à exposição apresentada na sessão dedicada aos Princípios Cooperativos, tendo propositadamente sido conservado o tom coloquial original que consideramos mais adequado à discussão que urge iniciar.

viragem do século, o filósofo humanista e economista C. Gide, fundador da Escola de Nîmes, pai do «programa das 3 etapas», da ruptura da aliança com o movimento operário e da ideia do cooperativismo como «3.^a via».

A expansão destas múltiplas formas de cooperativismo está intimamente ligada ao auge do capitalismo liberal e das lutas operárias e sindicais.

2. No quadro das transformações políticas e sociais saídas do fim da 1.^a Guerra, uma nova fase do pensamento cooperativo e da concepção do papel atribuído às cooperativas se inicia.

Estas transformações vieram demonstrar que o problema da cooperação não podia continuar a ser abordado como se se tratasse de um sistema teórico de validade universal, intemporal e a-histórico. Pelo contrário, a análise da realidade e prática cooperativa vem demonstrando que a forma de organização cooperativa deve aplicar-se de acordo com a circunstância concreta de cada sociedade.

Como exemplos desta evolução da prática cooperativa, podemos apontar:

- a) As transformações sofridas pelo cooperativismo nos países industrializados — a nível da organização e das próprias concepções teóricas — na sequência da depressão económica dos anos trinta. (Citemos como ilustração, o desenvolvimento do cooperativismo de crédito, a industrialização e comercialização de produtos agrícolas como resposta à necessidade dos pequenos agricultores e pequenos empresários nos E.U.A. e, de certo modo, por toda a Europa);
- b) A política cooperativa seguida nos países nórdicos, também no rescaldo da grande depressão, impulsionando a cooperativização de grandes sectores da economia nacional, especialmente na esfera da transformação e comercialização agro-pecuária, na área do consumo e da habitação;
- c) No campo teórico-doutrinário, Paul Warbasse expressa a *concepção liberal norte-americana de um cooperativismo* que se assimila ao sector privado da economia, adaptando-se às exigências da concorrência. Na Europa, Georges Fauquet abandona a utopia dos Gideanos com a sua República Cooperativa e de Bernard Lavergne e o seu «socialismo cooperativo» e teoriza o «sector cooperativo», coexistindo com a economia de mercado.

3. A análise da diversidade de modos de organização social, política e económica conduz, portanto, ao reconhecimento de que não existe um sistema universal de cooperativismo — mas sim uma PLURALIDADE DE CONCEPÇÕES, FORMAS, MÉTODOS E ESTRUTURAS cujo denominador é a aceitação de uma certa filosofia ORGANIZATIVA virada para a prossecução de objectivos comuns.

Parece, assim, pacífico afirmar que a actual VIGÊNCIA HISTÓRICA DA COOPERAÇÃO *não depende* da preservação da ORTODOXIA formal mas da capacidade de se adequar às exigências e aos problemas concretos de cada sociedade ⁽¹⁾.

Várias situações históricas nos comprovam tal afirmação. Se restringirmos o campo da análise às cooperativas agrícolas podemos verificar:

- o papel desempenhado pelo cooperativismo em sociedades de tipo diferente — a cooperativa «ao serviço da transformação socialista da agricultura» ou o cooperativismo como elemento de modernização da agricultura africana ante e pós-colonial visando o enquadramento dos agricultores e a sua integração numa economia de mercado — que nos coloca face à incapacidade de a cooperativa se definir autonomamente em relação ao modo de produção dominante;
- o exemplo negativo das cooperativas na América Latina (onde a produção teórica é imensa) em que a simples importação de modelos europeus conduziu ao fracasso sucessivo de gerações de planos de fomento cooperativo.

Cremos conclusiva, portanto, a afirmação da não existência de um COOPERATIVISMO UNIVERSAL enquanto sujeito a *normas únicas, a estritos e invariáveis padrões*, a métodos ritualizados, a ESTEREOTIPADAS FORMAS ORGANIZATIVAS.

A originalidade e o reforço do papel económico e social da forma cooperativa de organização reside, assim, na capaci-

(1) O primeiro exemplo que confirma esta afirmação é precisamente a Cooperativa de Rochdale que, em 1860, confrontada com o dilema de continuar a ser uma «ilhota cultural» sem esperança de se desenvolver ou adaptar-se às circunstâncias e desviar-se dos seus princípios inspirados no pensamento de Owen, (não convirá esquecer que dos 28 fundadores de Rochdale 14 se apresentavam como owenistas, destacando-se a figura carismática de Charles Howarth, enquanto os restantes se declaravam como adeptos do cartismo), optou pelo cooperativismo de consumo adaptado ao capitalismo liberal.

dade plástica de se adaptar aos diferentes quadros históricos em que se insere. Na verdade, toda a prática cooperativa triunfante aparece-nos sempre realizada à revelia das doutrinas que sobre ela se elaboraram ⁽²⁾.

4. Deste modo, e considerando a cooperativa como uma organização do tipo associativo ⁽³⁾, podemos reduzir a questão dos princípios cooperativos a um conjunto de postulados e princípios actuates:

- A forma cooperativa de organização assenta, como qualquer associação, em dois postulados: o *Princípio da Solidariedade* e o *Princípio da Igualdade*;
- Decorrente da sua inserção na esfera económica, o que lhe confere uma certa especificidade no quadro das organizações de tipo associativo, a cooperativa assenta ainda em dois princípios actuates: o *Princípio da Equidade* e o *Princípio da Gestão de Serviços*.

A filosofia organizativa da cooperativa consubstancia-se por isso na busca permanente da democracia económica que assenta na exclusão do capital como fonte de autoridade e que se expressa na regra «um homem um voto».

A empresa cooperativa é, assim, essencialmente, uma forma de associação autogestionária na qual os associados afirmam a sua vontade de assumir as responsabilidades da sua iniciativa e de autoadministrarem a organização por eles fundada.

É contudo necessário criar as condições para evitar que a democracia económica prosseguida pelas cooperativas se reduza ao mero acto formal da aplicação de uma regra esvaziada do seu conteúdo. A aplicação mecânica da regra «um homem um voto» não é ainda a democracia económica que apenas será alcançada se forem criadas as condições para uma efectiva e consciente participação dos associados na vida da sua cooperativa.

A cooperativa pressupõe sempre a existência de um tipo especial de organização de modo a permitir a participação dos associados nas deliberações e decisões tomadas. O grande desafio lançado às cooperativas reside, aliás, no conseguir atingir

⁽²⁾ Como afirmava G. Fauquet, apenas secundariamente as cooperativas receberam «um impulso e sofreram desvios sob influência de doutrinas nascidas ao seu lado ou construídas sobre elas».

⁽³⁾ Associações são organizações assentes no recrutamento voluntário dos seus membros.

um duplo objectivo: *Gestão Democrática com Eficiência Económica*.

É, por isso, pertinente afirmar que o discurso do pensamento cooperativo, enquanto prática social, deve ser lido na medida em que possa renovar e actualizar as formas de organização consideradas como meios e instrumentos fundamentais quer da vivência da cooperação quer da própria sobrevivência da cooperativa.

5. As reais limitações das cooperativas e o carácter dependente ou subsidiário do sector cooperativo — que Falls Borda (1976) definiu expressivamente, ao afirmar que «as cooperativas são aceites com a condição de manterem a mudança numa margem de segurança que em nada ameace o sistema estabelecido ou os interesses que ele criou» — são hoje reconhecidas por quase todos os trabalhos de investigação que ultrapassaram as barreiras de uma precipitada análise ideológica.

O reconhecimento desta realidade levará certamente a concentrar a atenção na referida necessidade de inovar no campo da organização e gestão cooperativas, de visualizar as cooperativas no quadro alargado das organizações baseadas na participação social: associações, autogestões, formas comunitárias de gestão de espaços urbanos, etc..

Trata-se, no fundo, de evitar os riscos de tardios utopismos, de novas terceiras vias e de dizer com André Hirschfeld: «a cooperação é um meio de organização económica e humana inscrevendo-se na via social que tenhamos escolhido».

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Berthelot, Jacques (1972), *Les coopératives en économie concurrentielle*, Paris, Cujas.
- Borda, O. Falls (1976), *Formação e Deformação da Política Cooperativa na América Latina*, Lisboa, Comissão de Apoio às Cooperativas.
- Fauquet, Georges (1965), *Oeuvres — Le secteur coopératif. Regards sur le mouvement coopératif*, Paris, Institut d'Études Coopératives.
- Hirschfeld, André (1964), «Reflexions sur la doctrine coopérative et son evolution», *Revue des Études Coopératives* 137.
- Holyoake, Georges J. (1944), *História de los Pioners de Rochdale*, Buenos Aires, FACC.
- Lourenço, Nelson (1978), *Gestão Cooperativa e Participação Social*, Lisboa, Projecto PNUD/OIT/INSCOOP — Curso de Técnicos em Desenvolvimento Cooperativo (não publicado).
- Lourenço, Nelson (1979), «Pensamento e Teorias Cooperativas», *Praxis* 8.

RUI NAMORADO *

ABRIR OS PRINCÍPIOS COOPERATIVOS SEM OS ESQUECER

1. O peso dos problemas práticos no dia a dia das cooperativas, a urgência em encontrar soluções concretas para resolver dificuldades que se multiplicam, fazem com que frequentemente a reflexão sobre os princípios cooperativos seja encarada como se fosse supérflua. E, no entanto, eles podem ser, além de vector fundamental de uma identidade, um factor de renovação da própria prática cooperativa. Porventura, um factor de renovação insubstituível.

2. Falar nos princípios cooperativos projecta-nos no já longínquo ano de 1844. Ano em que em Rochdale uma cooperativa de tecelões escolheu como guia um conjunto de princípios que vieram ecoando até hoje no seio do movimento cooperativo. Caldeados por experiências e fracassos anteriores, da época pioneira e balbuciante dos primeiros cooperativistas modernos, conseguiram ser uma síntese feliz de pragmatismo e utopismo. Ou se quisermos, harmonizaram com equilíbrio as necessidades de funcionamento da cooperativa e a matriz projectiva da sua lógica profunda.

Conhecendo períodos de apagamento e de reanimação, foi com o Congresso de Londres (1934) da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) que os princípios cooperativos atingiram significativo relevo. Terminando o trabalho iniciado em Londres, três anos depois em Paris, o Congresso da ACI ocupou-se expressamente dos princípios cooperativos ⁽¹⁾.

* Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

⁽¹⁾ Sobre os princípios cooperativos pode ler-se, por exemplo, uma exposição muito clara e sintética de Afonso de Barros (1980: 33 a 47), *Doutrina Cooperativa e Princípios Cooperativos*, Oeiras: CEEA-IGC.

Distinguiu os que considerou decisivos, dos que encarou como meramente acessórios. Entre os primeiros apontou a adesão livre, «um homem, um voto», distribuição dos excedentes *pro rata* das transacções, juros limitados ao capital. Como acessórios, referiu a neutralidade política e religiosa, vendas a dinheiro e à vista, desenvolvimento da educação. Acessoriedade que não era sinónimo de menosprezo, correspondendo apenas à ideia que estes últimos princípios não deveriam ser usados para medir a autenticidade das cooperativas.

Os anos passaram, o mundo foi abalado por uma guerra mundial, a própria composição do movimento cooperativo mundial foi alterada com uma diminuição do peso relativo do sector do consumo, chegou-se ao Congresso da ACI em 1963, em Bournemouth. Foi o momento de se constituir uma comissão internacional, composta por elementos de grande projecção no movimento cooperativo, destinada a reapreciar em profundidade toda a problemática dos princípios cooperativos. Lançado um vasto inquérito internacional, foi conseguido um amplo conjunto de dados, o que permitiu que aquela comissão pudesse apresentar no Congresso de Viena da ACI (1966) uma proposta de reformulação dos princípios cooperativos devidamente fundamentada e radicada na prática cooperativa internacional. Abandonou-se de novo a ideia de dividir os princípios em dois escalões com relevo diferente, tendo-se optado pelo seguinte elenco: adesão livre, administração democrática, taxa de juro limitada, um certo destino para os excedentes, imperativo de promover a educação e necessidade de incentivar a intercooperação.

Mas o que acabamos de fazer é uma mera identificação dos princípios, sendo de notar que a ACI passou a formulá-los através de um pequeno texto para cada um deles, por ter entendido que o seu conteúdo ficava assim mais claro. Como resulta do elenco acima referido, foi adoptado um princípio novo — a intercooperação — e desapareceram dois — neutralidade política e religiosa e vendas a dinheiro e à vista. Se daqui resulta um juízo de valor positivo sobre a intercooperação, será abusivo entender-se que os princípios abandonados envolvem juízo oposto. Apenas se entendeu que eles não eram vectores fundamentais, o primeiro por ser absorvido pela adesão livre e pela administração democrática no que tinha de mais importante, o segundo, por ser encarado como regra de prudente gestão, que será no entanto inconveniente absolutizar.

A visão expressa por este conjunto de princípios, adoptado pela ACI, não é a única possível, não é sequer pacífica. Mas,

remetendo o nosso texto constitucional para os princípios cooperativos como matriz identificadora do respectivo sector, sem contudo os indicar, e, sendo certo que nenhuma das visões alternativas se mostra nitidamente mais ajustada, aceitar a escolha da ACI parece o caminho mais seguro. Sabendo nós, aliás, da cuidada reflexão prévia que a suporta, não é sequer muito arriscado aceitar neste ponto a hegemonia deste organismo bem diversificado, de âmbito mundial e sem qualquer entidade que com ele rivalize em representatividade no campo cooperativo.

3. Se a Constituição expressamente indicasse quais os princípios cooperativos para que remete, tudo seria mais unívoco. Todavia, a entrada em vigor do Código Cooperativo veio contribuir para dissolver eventuais dúvidas, se algumas houvesse, quanto a saber quais os princípios cooperativos que a ordem jurídica portuguesa considera como pontos de referência.

Outra questão é a de saber se os formulou adequadamente. Vejamos, aproveitando um comentário breve aos princípios adoptados em Viena, que transcrevemos na sua formulação oficial ⁽²⁾.

3.1. *Adesão Livre*

«A adesão a uma cooperativa deve ser voluntária e aberta a todas as pessoas que possam fazer uso dos seus serviços e aceitem as responsabilidades inerentes à sua filiação; não deve haver restrições artificiais nem discriminações sociais, políticas ou religiosas».

Neste princípio importa destacar a voluntariedade da adesão: ninguém pode ser coagido a entrar ou a permanecer numa cooperativa. Outro traço a pôr em relevo, é o da abertura: não é legítimo levantar barreiras discriminatórias que impeçam a entrada de quem esteja dentro das condições objectivas inerentes ao tipo de cooperativa que estiver em causa. Nem barreiras discriminatórias, nem restrições que artificialmente encubram uma vontade de não partilhar, em que tenham caído os que já estão na cooperativa.

⁽²⁾ Todos os princípios da ACI que aqui comentamos foram extraídos da versão contida em *Los Principios Cooperativos* (1968). Zaragoza: Escuela de Gerentes Cooperativos, Obra Sindical «Cooperacion».

No Código Cooperativo a «adesão livre» ocupa as alíneas b) e c) do art.º 3.º, texto confuso e farfalhudo em nítida desvantagem, em face do que acima citámos ⁽³⁾.

3.2. *Administração Democrática*

«As cooperativas são organizações democráticas. As suas actividades devem ser dirigidas por pessoas eleitas ou designadas por meio de um procedimento acordado pelos sócios e que sejam responsáveis perante eles. Os sócios das cooperativas primárias devem gozar dos mesmos direitos de voto (um sócio, um voto) e de participação nas decisões que afectam as suas organizações. Em cooperativas não primárias, a administração deve actuar em bases democráticas».

Este texto desenvolve e aprofunda o velho lema — um homem, um voto —, sublinhando o carácter electivo dos cargos dirigentes e a responsabilidade de quem os ocupa perante os cooperadores. Além de deixar expresso o lema citado, destaca o direito de participação dos sócios na vida das cooperativas, sem esquecer uma chamada de atenção para a necessidade de as cooperativas de grau superior actuarem em bases democráticas. Procura, pois, retirar ao princípio democrático um carácter meramente formal, dando-lhe uma projecção no dia a dia que o torne seiva de uma prática saudável.

Ainda neste caso, o Código Cooperativo nas alíneas d) e f) do art.º 3.º, apresenta um texto claramente pior do que o da ACI ⁽⁴⁾.

⁽³⁾ O art.º 3.º começa por afirmar que «as cooperativas observarão, na sua constituição e funcionamento, os princípios cooperativos» no âmbito do que a al. b) diz que «a admissão ou demissão constituem um acto livre e voluntário» e a al. c), que «a admissão ou a exclusão de cooperadores não podem ser objecto de restrições nem de discriminações resultantes de ascendência, sexo, raça, língua, nacionalidade, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social».

⁽⁴⁾ «Os órgãos sociais são eleitos por métodos democráticos, segundo o processo prescrito pelos estatutos, e subordinado ao princípio da plena igualdade, em direitos e deveres, de todos os seus membros» — diz a al. d). Continua a alínea imediata: «O direito de voto nas cooperativas de 1.º grau baseia-se no princípio da atribuição de um voto singular a cada membro, independentemente da sua participação no capital social, podendo, contudo, a legislação complementar aplicável aos diversos ramos do sector cooperativo prever, quanto às cooperativas polivalentes, outras formas de atribuição do direito de

3.3. *Juro limitado ao capital*

«O capital dos accionistas, no caso de receber juros, deve ser remunerado através de uma taxa estritamente limitada».

Daqui resulta claramente a prevalência das pessoas em face do capital; ou se quisermos, que as cooperativas se constituíram não para suscitar a obtenção de lucros, mas para satisfazer necessidades dos cooperadores. O desejável seria nem se pagarem juros, mas, se vierem a pagar-se, a taxa não pode ultrapassar certos limites.

Não se despreze todavia a própria necessidade de as cooperativas se dotarem de meios financeiros. Pelo que não se deve deixar prevalecer tanto este vector, que se despreze o princípio, nem se deve absolutizar este de tal modo que se lese financeiramente a cooperativa.

A actual alínea g) do art.º 3.º corrige uma absurda versão inicial que fazia desaparecer de facto o princípio em causa; porém, não é ainda modelo de clareza ⁽⁹⁾.

3.4. *Um certo destino para os excedentes*

«Os excedentes ou aforros produzidos pelas operações de uma cooperativa, se os há, pertencem aos sócios e devem distribuir-se de tal maneira que se evite que um sócio obtenha lucros a expensas dos outros.

A distribuição pode fazer-se por decisão dos sócios como se segue: a) destinando-os à expansão das operações da cooperativa; b) destinando-os a serviços comuns; c) distribuindo-os entre os sócios na proporção das operações realizadas com a sociedade».

Talvez seja útil dar relevo às ideias-chave desta formulação. «Os excedentes pertencem aos sócios», não são lucros, são bens dos sócios transitoriamente possuídos pela cooperativa.

voto». Por último, conclui neste ponto a alínea f): «A atribuição do direito de voto nas cooperativas de grau superior deve ser definida numa base democrática, sob a forma que, obtendo a aprovação maioritária dos membros, se mostre mais adequada».

⁽⁹⁾ Eis o que na sua segunda versão diz a alínea g): «A remuneração aos membros das cooperativas, pela sua participação no capital social e nos depósitos obrigatórios e pela realização de títulos de investimento, deve ser limitada, sendo a respectiva taxa fixada pela assembleia geral».

Mas, por isso mesmo, a técnica da sua distribuição deve garantir que nenhum «sócio obtenha lucros a expensas dos outros». Se os excedentes deixarem de estar integrados, como quaisquer outros bens sem afectação especial, no património da cooperativa podem ter um de três destinos: serem afectados «à expansão das operações da cooperativa», destinados «a serviços comuns» ou distribuídos entre os sócios «na proporção das operações realizadas com a sociedade». Aos cooperadores em Assembleia Geral cabe decidir entre estas vias, das quais só a última conduz à reentrada dos excedentes na esfera jurídica individual dos sócios.

Este princípio é um dos elementos de distinção entre as cooperativas e as sociedades comerciais, deixando ainda transparecer a valorização do colectivo dos cooperadores em prejuízo dos interesses individualistas de cada um deles.

A alínea h) do art.º 3.º segue na esteira das anteriores — perde na comparação com o texto da ACI —, sendo de notar que não contempla toda a ideia gradativa de travagem da hipótese de regresso dos excedentes à posse individual dos cooperadores ⁽⁶⁾.

3.5. *Promover a educação*

«Todas as cooperativas devem tomar providências para a educação dos seus membros, empregados e dirigentes, e público em geral, nos princípios e técnicas, tanto económicas como democráticas da cooperação».

Este princípio cooperativo, tão nuclear como qualquer outro, não pode ser esquecido ou menosprezado no dia a dia da cooperação. Frise-se que a ACI tem o cuidado de dizer que se tratava de um dever de tomar providências, como que a chamar a atenção de que se não estava perante um mero voto para aplaudir e esquecer.

A educação incide sobre a área técnico-económica, mas também sobre a doutrina cooperativa nos seus reflexos democráticos. Destina-se não só aos cooperadores, empregados e dirigentes, como ao público em geral. Abrange aquilo que podemos chamar a propaganda do cooperativismo, indiciando que o

⁽⁶⁾ «Os excedentes podem, se a assembleia geral assim determinar, ser distribuído pelos cooperadores, sendo-o, nesse caso, proporcionalmente às operações económicas realizadas por estes com a cooperativa ou ao trabalho e serviços por ele prestados», dispõe a alínea h).

sector cooperativo, para autenticamente o ser, não se pode conformar com os seus limites ⁽⁷⁾.

3.6. *Incentivar a intercooperação*

«As cooperativas, para servirem melhor os interesses dos seus membros e das suas comunidades, devem colaborar por todos os meios com outras cooperativas aos níveis local, nacional e internacional».

A intercooperação é, como é óbvio, sinal e condição de existência de um verdadeiro sector cooperativo. Pode entender-se como sinónimo de colaboração permanente e informal entreajuda, ou como pressão federativizadora que deve ser exercida em permanência no seio do movimento cooperativo. Estas duas faces são aliás complementares: a entreajuda permanente só ganha em institucionalizar mecanismos que facilitem a colaboração, enquanto esta é por sua vez a garantia de que a criação de cooperativas de grau superior não se reduzirá a um esqueleto sem vida, a uma formalidade sem conteúdo real.

Notemos aliás que a intercooperação exclui também em si própria a ideia de um sector cooperativo fechado sobre si mesmo, já que ela tem na sua raiz a ideia de não só servir melhor os interesses dos seus membros como «das suas comunidades».

Neste caso a formulação constante da alínea j) do Código Cooperativo é satisfatória ⁽⁸⁾. Contudo, na medida em que este diploma cerceia artificialmente as possibilidades de se constituírem, sem constrangimento, cooperativas de grau superior, podemos afirmar que o Código Cooperativo desrespeita o princípio da intercooperação pelas dificuldades que levanta ao movimento federador ⁽⁹⁾ ⁽¹⁰⁾.

⁽⁷⁾ Este princípio consagra-o o Código Cooperativo nos seguintes termos: «As cooperativas devem fomentar a educação cooperativa dos seus membros, trabalhadores e público em geral, e a difusão dos princípios e dos métodos da cooperação, designadamente através da constituição e da aplicação de reservas especiais para tal efeito».

⁽⁸⁾ Como se pode mostrar, transcrevendo-a: «Para melhor prossecução dos seus fins e fortalecimento do sector cooperativo, devem as cooperativas privilegiar as suas relações com outras cooperativas».

⁽⁹⁾ Impede, por exemplo, que se constituam uniões de cooperativas que não pertençam ao mesmo ramo, o que obsta que se gerem entreajudas regionais polivalentes que muito podiam fortalecer e enriquecer o movimento cooperativo.

⁽¹⁰⁾ É legítimo que nos interroguemos sobre a razão que levou o legislador a não transcrever no art.º 3.º pura e simplesmente a formulação dos princípios cooperativos adoptada pela ACI.

4. São estes os princípios cooperativos reconhecidos pela ACI. São eles os que a Constituição ⁽¹¹⁾ consagra como cerne do respectivo sector. Mostrámos sumariamente não haver solução melhor, mas podemos ainda destacar as convergências de fundo entre a lógica profunda desses princípios e alguns dos valores e dos vectores do projecto constitucional.

A liberdade é seguramente uma linha mestra da nossa lei fundamental, o que desde logo implica uma óbvia sintonia com o princípio da adesão livre.

O princípio democrático é um dos alicerces irremovíveis do edifício constitucional. O princípio cooperativo da administração democrática funde-se claramente com ele num sentido comum.

A Constituição elevou o sector cooperativo ao nível dos sectores público e privado ⁽¹²⁾. Mas para que ele ganhe consistência e exista efectivamente é-lhe indispensável a seiva da intercooperação. Para que ela seja um sector em expansão e não um reduto cercado, o fomento da educação cooperativa não pode esmorecer, tem de ganhar intensidade e persistência.

Mesmo depois da revisão, o texto constitucional valoriza o trabalho em face do capital. E a valorização do sector cooperativo é também afloramento desta ideia. É óbvia uma íntima relação de compatibilidade entre ela e o princípio do juro limitado ao capital.

Fácil nos será ver, por último, que um corolário da emergência constitucional das cooperativas como sector autónomo é a sua diferenciação das sociedades comerciais, estas movidas por um escopo lucrativo ⁽¹³⁾ ausente nas primeiras. Da mesma lógica está impregnado o princípio cooperativo que preconiza para os excedentes um tipo de distribuição nitidamente diferenciado da distribuição dos lucros nas empresas capitalistas.

Este relance permitiu-nos fixar três ou quatro pontos que ilustram uma identidade profunda entre o sentido dos princípios cooperativos da ACI e o significado de alguns dos sectores da Constituição. Não se trata pois de uma convergência circuns-

⁽¹¹⁾ Sobre esta questão específica, pode ler-se Rui Namorado (1979), «Os princípios cooperativos e a Constituição», *Vértice*, 417-18 e 420-421.

⁽¹²⁾ Será que com a revisão de 1982 o sector cooperativo não foi um tanto subalternizado? Ou terá apenas perdido uma certa prevalência que detinha?

⁽¹³⁾ Mesmo que o «escopo lucrativo» venha a ser substituído pelo «proveito económico» como critério de atribuição da qualidade comercial às sociedades, as cooperativas continuarão a sentir-se apertadas dentro desse modelo.

tancial encontrada na falta de melhor solução. Trata-se de um vínculo que nada tem de fortuito.

5. Sintetizar a prática cooperativa universal em meia-dúzia de princípios que se pretendem estáveis, conduz a que irrompa com naturalidade a permanente questão da correspondência desses princípios com as novas fisionomias que a própria dinâmica do movimento cooperativo nele suscita.

Serão os princípios apontados salvaguarda da autenticidade cooperativa? Ou serão antes um molde acanhado que constrange a realidade?

Considerá-los intocáveis numa intransigente rigidez, num fixismo radical, é o caminho seguro para o seu anquilosamento e consequente desactualização. Mas daqui não resulta, de modo nenhum, a absolvição dos que fingem combater esse anquilosamento, infringindo-os pontualmente com oportunismos de ocasião, desrespeitando-os com afloramentos de uma lógica capitalista.

Evitar o fixismo é submetê-los à pressão criadora do desenvolvimento do sector cooperativo, fazendo com que destes possam brotar outros princípios e garantindo que aos actuais se não seguirá nunca o vazio.

Mas essa pressão criadora não pode ser abandonada a si própria, em bruto, como se, por si, gerasse directamente uma plasticidade natural e uma dinâmica positiva. É preciso absorvê-la numa incessante elaboração teórica que simultaneamente regresse às origens, às raízes do movimento cooperativo, e se projecte no futuro com uma ambição globalizante.

Regresse às origens, encarando o movimento cooperativo como uma componente do movimento operário, onde se manifesta algo de profundamente fraterno, humano, social, onde vigora a colaboração no trabalho, a entreaajuda. Uma componente radicalmente solidária com a luta contra a miséria, contra a exploração, uma luta tão actual como no princípio do séc. XIX, mas talvez mais complexa, travada contra adversários mais insidiosos, mesmo que mais subtis, exigindo meios mais sofisticados, mas igual determinação.

Uma elaboração teórica que regresse às origens, mas que não esqueça o futuro, assumindo com ousado realismo a ambição globalizante da república cooperativa, como símbolo, mas também como sinal ⁽¹⁴⁾.

⁽¹⁴⁾ A referência à «república cooperativa» tem um valor simbólico, mas não deixa de querer significar que o sector cooperativo não pode fechar-se sobre si próprio.

Sinal, de que se sabe ser hoje do mais desmesurado irrealismo colocar a esperança no capitalismo liberal, ou no capitalismo com a pele de cordeiro do estado social, ou no socialismo burocrático (ou colectivismo) de Estado. Todos eles perderam o seu potencial de esperança, atemorizam mais do que estimulam, são mais pesado do que sonho. Conservam pompas e poder, mas perderam a juventude.

Símbolo, para dizer sugestivamente que o cooperativismo que parecia uma ilha assediada, uma utopia inócua num mundo em que o combate decisivo era entre outros, é afinal uma «guerrilha», pacífica mas não inofensiva, assediando os gigantes. Ainda incipiente como tal, mas descobrindo-se e procurando outros destacamentos ex-marginais (ou aparentemente marginais): as iniciativas autogestionárias, a defesa do meio ambiente, o desenvolvimento alternativo, as energias renováveis, a luta pela paz. Destacamentos aliados que são espaços de debate e acção, problemáticas novas, situados em planos diferenciados, mas que se interpenetram, mutuamente se descobrem e questionam. Todos vão tecendo um cerco multidimensional aos gigantes em decadência, tranquilo por que são afinal a defesa da vida, urgente porque o estertor dos gigantes poderosos tem de ser controlado, sob pena de ser o estertor de todos os homens.

Mas se o movimento cooperativo não é já uma ilha sem futuro, não resulta daí que tudo esteja à partida ganho. Pelo contrário, tudo é muito difícil, talvez até porque os gigantes decadentes na sua ânsia de recuperar tendem a tudo querer esmagar. Daí que este lançar de raízes também no futuro tem de ser ousadia, mas também persistência, tem de conter utopia sem irrealismo, tem de representar confiança sem envolver imprudência.

6. É a esta luz que se deve ver a dinâmica dos princípios cooperativos. É pois necessário protegê-los como sementes de novos horizontes e não venerá-los como monumentos petrificados de um passado que se esvai.

Por isso, eles devem ser encarados como elementos de um bloco animado por uma estratégia global e não como soma estática, alinhados num painel inócua. Devem estar abertos ao enriquecimento resultante do próprio caminho percorrido pelo movimento cooperativo, aptos a receber os novos marcos, os novos sinais desse trajecto.

Não podem também desprezar a vitalidade do fenómeno empresarial, emergindo lentamente como complexo sujeito económico, nem deixar de procurar absorver completamente todas

as potencialidades adquiridas modernamente pelo fenómeno associativo em si mesmo.

Do mesmo modo, o ímpeto renovador não pode esquecer toda a energia ainda adormecida no conjunto dos actuais princípios. Uma energia que as combinações entre eles, o seu potenciamento mútuo, por certo libertarão.

É assim que no esforço de uma autenticidade cooperativa cada vez maior e no incentivar de uma capacidade de invenção que se deseja crescente, buscaremos novos princípios através da escrupulosa análise do que a sedimentação da prática nos oferecer, sem deixarmos de procurar enriquecer os que temos, na busca do pleno desenvolvimento de todas as suas potencialidades.

7. Colocado em plano idêntico aos dos sectores público e privado, o sector cooperativo não pode ser um mero objecto de adorno que se muda ao sabor de circunstâncias, que se acarinha superficial e displicentemente como um parceiro inofensivo. Tem de rasgar o seu próprio lugar de facto, para além do público e do privado, fundindo dentro de si mesmo as fronteiras entre os seus dois parceiros. Colocando-se em posição pública no que diz respeito à protecção, benefícios e apoio do Estado, em posição privada no que disser respeito ao vínculo e à subordinação ao poder político; rejeitar do privado o que é egoístico, repudiar do público o que é distância dos cooperadores, alienação da sua liberdade. Não se trata de conciliar benefícios de ambos, trata-se de ir para além deles, instrumentalizando-os, superando-os.

Desta maneira se ganhará uma vantagem posicional relevante na procura do aprofundamento dos princípios cooperativos, enquanto elemento de uma estratégia global do movimento cooperativista. E, no entanto, apenas se estará no fundo a levar à letra o papel que a Constituição atribui ao sector cooperativo.